



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A influência da ação coletiva de movimentos sociais e sindicatos na configuração das políticas de emprego científico em Portugal

Carolina Silva Milheiro

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora:

Professora Doutora Raquel Rego, Professora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

A influência da ação coletiva de movimentos sociais e sindicatos na configuração das políticas de emprego científico em Portugal

Carolina Silva Milheiro

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora:

Professora Doutora Raquel Rego, Professora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

*E quem viver abraçado
À vida que há ao lado
Não vai morrer sozinho*

José Mário Branco

Agradecimentos

À minha mãe e avó Maria, por me terem permitido concretizar o sonho de estudar em Lisboa, fruto do seu esforço e trabalho, muitas vezes cheio de sacrifícios.

À professora Raquel Rego, que desde o primeiro momento que entrei naquele gabinete com uma ideia me tem acompanhado e acreditou em mim mais do que alguma vez poderei agradecer.

A todas as pessoas que se cruzaram com o meu trabalho, seja nas entrevistas ou no decorrer da investigação, que me deram recomendações e, acima de tudo, me ajudaram a ver to tema com outros olhos.

À Eva, minha companheira de vida, por todos os almoços e jantares no ISCTE que se prolongavam em sessões de estudo e desabafos sobre as dissertações que tornaram tudo mais leve.

Ao Rodrigo pelo amor que tem dado a esta caminhada como se fosse a sua e por estar sempre lá, a ser o meu espelho e a lembrar-me constantemente do caminho

À Maria e à Teresa, amigas que o mestrado me deu e que levo no coração, por todos os cafés a debater política que se transformaram em longas conversas sobre a vida.

Aos restantes amigos de mestrado António, Miguel e Tânia por terem tornado o mestrado num lugar mais acolhedor.

À Carol, por toda a ajuda preciosa com a dissertação, sempre com uma palavra amiga e encorajadora. Um obrigada especial.

Aos restantes amigos, que o espaço não me permite enumerar, mas que tenho no coração, e que fizeram questão de me lembrar que estavam lá a torcer por mim.

À EcoPol, por me ter permitido apresentar o trabalho que tenho vindo a desenvolver este ano na conferência IREC 2025, perante académicos e especialistas da área, uma experiência que vou guardar para sempre.

A todos, o meu sincero agradecimento, que caminhada foi esta.

Declaração de Utilização de Ferramentas de Inteligência Artificial

Declaro que, para a elaboração da presente investigação, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial exclusivamente para apoiar na atividade de revisão linguística, incluindo a troca de sinónimos e melhoria da sintaxe. Para esta finalidade foi utilizado o modelo de linguagem GPT-5 Thinking mini (OpenAI).

As restantes decisões relativas ao conteúdo conceptual, de análise crítica, interpretação dos dados e estrutura argumentativa são da minha inteira responsabilidade.

Resumo

Num sistema de ação coletiva fragmentado, a influência da sociedade civil é limitada. No setor académico, ela é ainda mais difícil devido a desafios específicos, como a natureza individualizada do trabalho.

Este estudo explora como a ação coletiva de sindicatos e movimentos sociais influenciou a política de emprego científico em Portugal. Ele centra-se na análise da Norma Transitória (Decreto-lei 57/2016) que substituiu bolsas de pós-doutoramento por contratos de trabalho, como forma de combater a precariedade. O estudo baseia-se em entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos na formulação da Norma Transitória: sindicatos, associações, grupos informais e partidos políticos da designada “geringonça”.

Este caso evidencia que a cooperação entre sindicatos e movimentos sociais de investigadores foi determinante para tornar visível a precariedade do emprego científico na agenda política e mediática, influenciando mudanças legislativas ao aproveitar o que foi uma estrutura de oportunidade política.

Os resultados sugerem que as políticas públicas podem resultar da ação coletiva desde que existam condições políticas favoráveis e uma ação coletiva significativa. E realçam que, mesmo em contextos de mobilização difícil, é possível desenvolver estratégias de cooperação. Com esta investigação espera-se aprofundar o conhecimento acerca da interseção entre ação coletiva e formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Emprego Científico; movimentos sociais; *Norma Transitória*; políticas públicas; sindicatos.

Abstract

In a fragmented system of collective action, the influence of civil society is limited. In the academic sector, it is even more challenging due to specific issues such as the individualized nature of work. This study examines the impact of collective action by trade unions and social movements on scientific employment policy in Portugal. It focuses on the analysis of the *Norma Transitória* (Decree-Law 57/2016), which replaced postdoctoral fellowships with employment contracts as a measure to reduce precarious employment.

The study is based on semi-structured interviews with actors involved in the formulation of the *Norma Transitória*: trade unions, associations, informal groups, and political parties from the so-called “*geringonça*.” This case demonstrates that cooperation between trade unions and researchers’ social movements was crucial in making the precariousness of scientific employment visible on the political and media agendas, influencing legislative changes by capitalizing on a favorable political opportunity structure.

The results suggest that public policies can emerge from collective action, provided that favorable political conditions and meaningful collective mobilization exist. They also highlight that, even in contexts where mobilization is difficult, it is possible to develop cooperation strategies. This research aims to deepen the understanding of the intersection between collective action and public policymaking.

Keywords: *Norma Transitória*; public policy; scientific employment; social movements; trade unions.

Índice

Agradecimentos	iii
Declaração de Utilização de Ferramentas de Inteligência Artificial.....	v
Resumo	v
Abstract	vii
Glossário de siglas.....	xi
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1 Revisão de Literatura	3
1.1. Políticas Públicas e Emprego Científico	3
1.1.1. Definição e Ciclo das Políticas Públicas.....	3
1.1.2. Janela e Estrutura de Oportunidade Política	4
1.1.3. Políticas de Emprego Científico.....	9
1.2. Precariedade	13
1.2.1. Precariedade: revisão conceptual	13
1.2.2. Precariedade na Academia.....	15
1.3. Ação coletiva e influência	19
1.3.1. Lógica da ação coletiva e geometria variável	19
1.3.2. Mobilização e reportório de ação	20
1.3.3. Crise do sindicalismo e alianças com outros movimentos sociais	21
CAPÍTULO 2 Metodologia	25
CAPÍTULO 3 Apresentação de resultados	29
3.1. Apresentação de resultados: Norma Transitória	29
3.1.1. Razão de ser da Norma Transitória: decreto-lei 57/2016	29
3.1.3. Teoria da Mudança aplicada à Norma Transitória	32
3.2. Descrição do Processo Político	35
3.3. Apresentação dos resultados das entrevistas	38
CAPÍTULO 4 Discussão	48
Conclusões	53
Fontes	55
Referências Bibliográficas	56
Anexos.....	59
APRESENTAÇÃO	66
PROCEDIMENTO	66
CONFIDENCIALIDADE	66

Glossário de siglas

ABIC Associação de Bolseiros de Investigação Científica

ANICT Associação Nacional de Investigadores Científicos e Tecnológicos

BDP Bolsas de Pós-Doutoramento

BE Bloco de Esquerda

CCISP Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

CDS-PP Centro Democrático Social – Partido Popular

CEEC Concurso Estímulo ao Emprego Científico

CGTP Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

CRUP Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

DL Decreto-Lei

EBI Estatuto do Bolseiro de Investigação

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FEDER Fundo Europeu de desenvolvimento Regional

FENPROF Federação Nacional dos Professores

FSE Fundo Social Europeu

I&D Investigação e Desenvolvimento

IF Programa Investigador FCT

ICS Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

JNICT Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PCP Partido Comunista Português

PEV Partido Ecologista os Verdes

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

PS Partido Socialista

PSD Partido Social Democrata

PREVPAP Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública.

RJIES Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

SCTN Sistema Científico e Tecnológico e Nacional

SNESUP Sindicato Nacional do Ensino Superior

SOCIOUS-ISEG Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior e Gestão

SPGL Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

TdM Teoria da Mudança

TRU Tabela Remuneratória Única

Introdução

A presente investigação parte de uma interrogação inicial frequentemente reiterada no discurso público ao afirmar-se que a melhor estratégia para escapar à precariedade consiste em investir em mais formação académica. Contudo, ao observarmos a situação atual de professores universitários e investigadores, constatamos que estes, apesar de serem altamente qualificados, encontram-se muitas vezes em posições laborais precárias.

É neste contexto que emerge um paradoxo teórico: por um lado, o setor científico incentiva fortemente a competitividade individual entre investigadores; por outro, a melhoria das condições de trabalho depende da capacidade de mobilização e organização coletiva dos trabalhadores (Offe and Wiesenhal, 1980). Este paradoxo torna-se particularmente relevante face à crescente normalização de situações de precariedade no setor científico (Ferreira, 2021, 2023a, 2023b, 2024).

Em 2025, esperava-se que cerca de 3500 investigadores terminassem os seus contratos ao abrigo da *Norma Transitória* do Decreto-Lei n.º 57/2016 (confrontar Anexo A e B), sem que estivessem garantidos mecanismos de continuidade laboral para todos (Peixinho, 2020). Apesar do Programa FCT-Tenure, lançado em 2024, muitos investigadores encontram-se efetivamente já em situação de desemprego, mesmo tendo desempenhado funções de carácter permanente para o bom funcionamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), como foi possível constatar a partir dos testemunhos recolhidos nas entrevistas.

Este fenómeno é um problema social e assume particular relevância dado que, como diversos autores sublinham, apenas um sistema científico sólido e estrategicamente estruturado permite a um país enfrentar os desafios contemporâneos, pois promove a inovação, o progresso social e a competitividade económica. Tal pressupõe a existência de recursos humanos qualificados, inseridos de forma estável nas instituições de ensino superior ou de investigação apoiados por infraestruturas adequadas e por financiamento público e privado consistente ao longo do tempo (Gago, 1990; Mazzucato, 2013; Rodrigues, 2025).

Não sendo conhecidos estudos aprofundados que articulem a ação coletiva de movimentos sociais e o seu impacto nas políticas públicas no campo da ciência, a presente investigação assume um carácter exploratório. Para a sua concretização, realizaram-se dez entrevistas semiestruturadas dirigidas a três categoriais de atores coletivos envolvidos na política em análise: associações representativas de investigadores, organizações sindicais e representantes partidários. Esta abordagem foi

complementada por análise documental de legislação, pareceres institucionais e outros documentos relevantes.

A dissertação estrutura-se em quatro partes principais. A primeira apresenta o enquadramento teórico, são discutidos os fundamentos das políticas públicas que enquadram o emprego científico em Portugal, a precariedade enquanto fenómeno não apenas académico, mas estruturalmente societal e o papel dos sindicatos e movimentos sociais e as alianças que estes estabelecem para serem influentes.

A segunda parte descreve e justifica a metodologia, de natureza qualitativa. A terceira parte centra-se na análise da política em estudo — o Decreto-Lei nº 57/2016, com particular foco no seu artigo 23.º, que visa a criação de contratos a termo, com duração de seis anos, que permitam aos investigadores transitar posteriormente para os quadros de pessoal das instituições. Nesta secção, apresenta-se a razão de ser da *norma transitória*, explicitando a *teoria da mudança* que lhe está subjacente. Analisa-se, portanto, a lógica causal que estrutura esta política. Em seguida, são apresentados os contributos das entrevistas, incluindo o reportório de ação identificado e a avaliação crítica dos atores envolvidos acerca da implementação da *Norma* e dos seus efeitos.

Por último, discutem-se os resultados realçando que a *Norma Transitória* resultou da conjugação de uma *janela de oportunidade política*, da designada “geringonça”. Conclui-se considerando que a *Norma* constituiu um instrumento com efeitos significativos, embora insuficientes, para garantir a estabilidade das trajetórias profissionais de todos estes investigadores.

CAPÍTULO 1

Revisão de Literatura

1.1. Políticas Públicas e Emprego Científico

Para compreendermos a influência dos movimentos sociais e sindicais sobre a política de criação de emprego científico, como foi o caso da Norma Transitória, importa determo-nos, antes de mais, no que é uma política pública, descrevendo o seu ciclo de funcionamento. Conferiremos especial atenção à fase de agendamento, através do aprofundamento dos conceitos como «janela de oportunidade» e «estrutura de oportunidade». Este capítulo concluir-se-á com a apresentação das principais políticas de emprego científico em Portugal.

1.1.1. Definição e Ciclo das Políticas Públicas

Quando se aborda o conceito de políticas públicas, é fundamental distinguir entre diferentes conceitos do termo “política”. Em inglês, *politics* refere-se ao processo político, ou seja, à atribuição e exercício do poder a determinado grupo. Por sua vez, *policy* diz respeito às medidas concretas que têm como objetivo de promover mudanças específicas no âmbito da intervenção pública. Neste sentido, a política pública (*policy*) pode ser compreendida como um subsistema inserido no contexto mais amplo da política (*politics*). O enquadramento político (*frame*) de uma política pública está, assim, diretamente relacionado com os estímulos e as pressões iniciais que incidem sobre o sistema político —os *inputs*—, como os resultados eleitorais, a opinião pública, a cobertura pelos *mass media*, as experiências pessoais dos decisores ou a comunicação com os eleitores. Com base neste contexto, o sistema político transforma esses *inputs* em *outputs*, sob a forma de leis, regulamentos e decisões políticas. Apesar disso, este processo não é linear nem unidirecional, antes existe *feedback* constante (Birkland, 2016).

Segundo Knoepfel et al. (2007, p.21), as políticas públicas têm, como princípio, a resolução de um problema público, geralmente identificado pela agenda governamental. Assim, a política pública surge como uma resposta “do sistema político-administrativo a uma realidade social considerada politicamente inaceitável”.

De acordo com os mesmos autores, para que uma intervenção possa ser considerada uma política pública deve cumprir seis critérios: corresponder a um conjunto de decisões de atividades; ser internamente coerente; resultar de decisões e ações de atores públicos; implementar-se em diferentes níveis de concretização; gerar consequências formalizadas; influenciar a ação do grupo-alvo.

Compreender o ciclo das políticas públicas é fundamental, uma vez que permite *identificar como os problemas sociais* são transformados em questões politicamente relevantes levando, eventualmente, à adoção de medidas concretas. Este ciclo inicia-se com a identificação e publicitação de um problema, processo no qual a mobilização social de atores como movimentos sociais e sindicatos desempenha um papel fundamental (Kindgon, 2014). Posteriormente, existe, por parte do sistema político, a definição da agenda na qual se decide os problemas a serem tratados. A etapa seguinte é a *formulação da política*, que envolve a definição de objetivos, estimativa de custos, previsão de efeitos, e seleção dos instrumentos a serem utilizados. Para que a política avance, é necessário obter legitimação política, assegurando o apoio entre os detentores de interesse (*stakeholders*) (Jagers, Matti e Nordblom, 2020).

É na fase da legitimação política que podemos falar da Teoria da Mudança (TdM), uma vez que constitui uma ferramenta útil para pensar no processo de formulação da política. A TdM permite clarificar a lógica causal subjacente à política em desenvolvimento. Ela explicita de que forma as ações propostas conduzirão aos resultados pretendidos. Deste modo, a teoria da mudança possibilita, posteriormente, a monitorização e avaliação da intervenção, da política pública adotada (PlanAPP, 2023).

A *implementação* constitui a fase em que se operacionaliza a política, através da nomeação de entidades responsáveis pela execução, mobilização de recursos — equipa, verbas, autoridade— e monitorização da execução conforme o planeado. Finalmente, procede-se à avaliação da política pública, avalia-se em que medida a política tem sucesso, se é adequada, executada corretamente e se, sobretudo, produz os efeitos que se desejava em primeira instância. Por último, após a fase da avaliação, é necessário ponderar se deve haver continuidade, correção ou descontinuidade da política (Cairney, 2012; Dye, 2017).

1.1.2. Janela e Estrutura de Oportunidade Política

Após a exposição dos princípios fundamentais do ciclo das políticas públicas, torna-se importante compreender as condições contextuais e políticas em que é favorável existirem mudanças nas políticas. A formulação de políticas públicas depende, em primeiro lugar, da definição da agenda, entendida como a orientação da atenção dos decisores para determinados problemas.

Neste processo, a mobilização da sociedade civil pode desempenhar um papel relevante, embora, em geral, os atores de ação coletivos só consigam influenciar a agenda política em momentos específicos. Em segundo lugar, a formulação de políticas envolve a definição das alternativas possíveis, ou seja, a elaboração de um plano de ação correspondente às soluções que podem ser aplicadas para solucionar o problema que foi reconhecido anteriormente (Capella, 2018).

Neste contexto, interessa-nos compreender porque certos problemas ganham prioridade na agenda política num dado momento em detrimento de outros. Tal prioridade é definida pela ação política de diversos atores, incluindo movimentos sociais, partidos políticos e meios de comunicação social, sendo a influência da sociedade civil dependente do contexto político e das oportunidades disponíveis (Kingdon, 2014).

O *Modelo dos Fluxos Múltiplos* de Kingdon (2014) é uma das abordagens mais influentes para explicar o processo de agendamento. Ao contrário dos modelos clássicos de decisão racional, Kingdon defende que as políticas emergem de processos não lineares, marcados pela ambiguidade, por incerteza e pela convergência de três ordens de fatores. Com efeito, o processo político é, para o autor, composto por três fluxos independentes:

1. *O fluxo dos problemas (problem stream)*, que corresponde à definição de como um problema passa a ser considerado público quando se desvia do estado das ideias, dos decisores políticos ou da sociedade civil e, portanto, leva à necessidade de uma ação governamental para o resolver;
2. *O fluxo das políticas (policy stream)*, que corresponde ao conjunto de alternativas políticas que são desenvolvidas pelas comunidades políticas. Estas comunidades não se restringem apenas aos deputados, englobam todo o universo de especialistas de uma dada matéria que têm uma preocupação partilhada acerca do problema identificado, portanto, podem ser investigadores, funcionários públicos, grupos de interesse, deputados, entre outros. Para ilustrar este processo Kingdon (2014) utiliza a metáfora da “sopa primordial”, onde as ideias circulam, misturam-se e competem entre si para ganhar viabilidade técnica e aceitação política;
3. *O fluxo da política (politics stream)*, que engloba o contexto político mais amplo que influencia a formulação de políticas públicas, logo, inclui mudanças de governo, que podem alterar prioridades e programas políticos; ciclos eleitorais, que determinam a urgência e o *timing* de determinadas questões; pressões de grupos organizados, como sindicatos ou associações profissionais que tentam influenciar diretamente as decisões políticas a seu favor; e variações no “humor nacional”, isto é, a opinião pública sobre determinados temas. Este fluxo é determinante, pois reflete o equilíbrio de poder entre diferentes atores políticos e a disposição das elites para abraçar ou rejeitar determinadas causas, definindo quais os problemas que têm possibilidade de avançar para política pública.

A descrição do modelo, como é possível verificar no *Figura 1*, permite compreender que a decisão política resulta de diferentes fluxos que se unem em determinados momentos e, sobretudo, resultam em processos de negociação entre os diferentes atores a fim de atingir o consenso. A convergência em

momentos específicos possibilita mudanças políticas por meio do que Kingdon chama de «janela de oportunidade».

Quando os fluxos convergem, abre-se a *janela de oportunidade política* e essa convergência é sentida com mais expressão em relação ao fluxo dos problemas, uma vez que é através dela que determinadas situações conseguem atenção da sociedade. Contudo, o fluxo da política desempenha igualmente um papel importante, sobretudo quando se dá uma mudança de governo ou quando há pressão por parte de grupos organizados capazes de mobilizar atenção. Nesse contexto, emerge, geralmente, a figura que o autor designa como *empreendedor político*, indivíduos dispostos a investir o seu tempo, energia, reputação e dinheiro (recursos), durante a fase do agendamento, com a perspectiva de obter ganhos futuros mediante a concretização da política que defendem.

Cairney e Zahariadis (2016) aprofundam esta abordagem ao observar que a abertura da janela de oportunidade depende tanto da capacidade estratégica dos ditos empreendedores, como da existência de situações permeáveis à mudança política. Os autores referem, contudo, que a decisão política não resulta apenas da convergência dos três fluxos, uma vez que os decisores políticos operam com informações limitadas sendo levados a tomar decisões imperfeitas, num contexto que não fornece respostas claras. Nesse sentido, cabe aos empreendedores chamar a atenção dos decisores para problemas concretos de modo a influenciar a agenda política.

Se o Modelo de Fluxos Múltiplos tem uma utilidade importante para pensarmos as políticas públicas, ele tende também a subestimar a influência dos grupos de interesse e dos interesses organizados. Estudos empíricos têm demonstrado que estes grupos da sociedade civil organizada podem ter impactos significativos nos três fluxos (Rozbicka e Spohr, 2016).

Por conseguinte, as organizações da sociedade civil desempenham um papel na identificação de problemas sociais, assim como sugestão e implementação de soluções. Estudos em vários contextos têm demonstrado que as organizações utilizam estratégias diversas, por exemplo, *advocacy*, campanhas públicas, mobilização da sociedade e formação de alianças para influenciar as políticas e fomentar transformações sociais e políticas. Evidenciando, assim, que a sociedade civil organizada pode interagir diretamente nos fluxos do Modelo de Fluxos Múltiplos (Rusfiana e Kurniasih, 2024).

Enquanto Kingdon (2014) sublinha a importância da oportunidade momentânea e situacional da decisão, ao se referir à «janela de oportunidade», um outro autor já se havia apontado a algo parecido. Kriesi (1991), desenvolvendo o conceito inaugurado por Koopmans (1990), propõe uma leitura mais estrutural. A «estrutura de oportunidade política» é, segundo Kriesi, entendida como um conjunto de fatores institucionais, organizacionais e relacionais que condicionam as possibilidades de mobilização e influência dos atores coletivos sobre as políticas públicas.

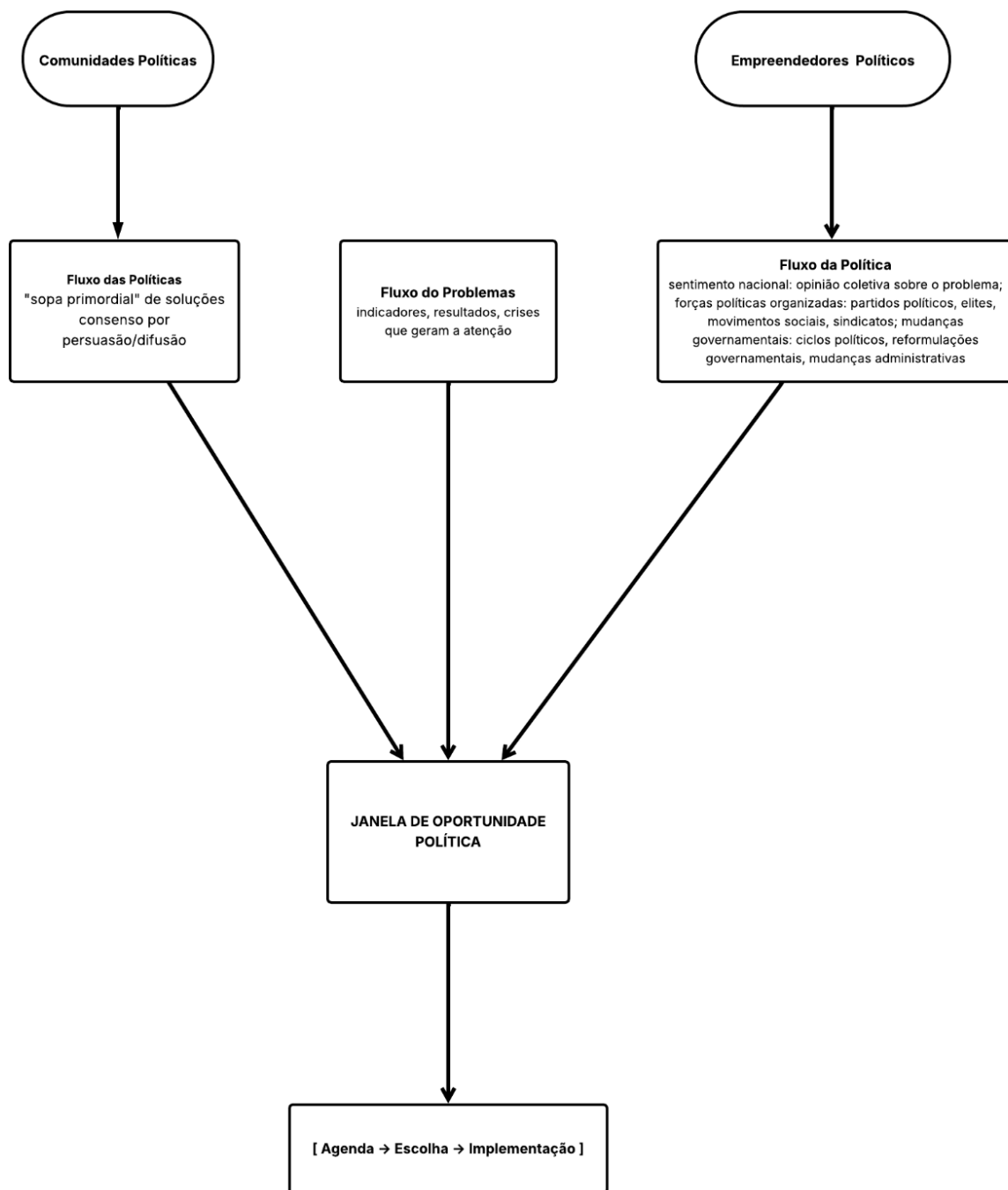


Figura 1: Modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon

Fonte: Elaboração própria a partir de Kingdon (2014)

Kriesi (1991) parte do pressuposto que o sistema político oferece oportunidades diferenciadas aos atores coletivos (partidos, sindicatos, movimentos sociais ou associações) dependendo do seu grau de

abertura e da configuração do poder. Tendo como referência Koopmans (citado em Kriesi, 1991), distinguem-se três dimensões essenciais para construir a estrutura de oportunidade:

1. *A estrutura institucional formal*, que corresponde às regras formais do sistema político baseando-se na relação entre o grau de abertura institucional dada a atores externos para acederem ao sistema político. Este grau de abertura depende de alguns fatores como: o grau de centralização do Estado, a separação de poderes, a fragmentação administrativa e a existência de mecanismos de democracia direta. Estados mais descentralizados ou fragmentados e com uma democracia mais direta tendem a oferecer pontos de acesso ao poder o que pode facilitar a influência de movimentos sociais. Por outro lado, sistemas centralizados e com executivos fortes apresentam maior coerência decisória, mas menos abertura à contestação;
2. *Os procedimentos informais e estratégias dominantes*, que dizem respeito às práticas não codificadas através das quais o Estado lida com a mobilização social. Por exemplo, Estados com tradição de diálogo e negociação podem criar oportunidades de acesso, mesmo que informais, para a integração de reivindicações, enquanto Estados com práticas mais repressivas criam constrangimentos à ação coletiva;
3. *A configuração do poder*, que abrange as relações de força entre os atores relevantes (partidos, sindicatos, elites e movimentos sociais) e a distribuição do poder entre eles. A estabilidade ou fragmentação do sistema partidário, bem como a posição da esquerda/direita, no governo ou na oposição, influenciam diretamente as possibilidades de êxito da mobilização.

Deste modo, as políticas públicas têm de ser entendidas como resultado da interseção entre as condições estruturais e os momentos de oportunidade política. Podemos, pois, dizer que a «janela de oportunidade», segundo Kingdon (1991), emerge num espaço definido por normas institucionais e relações de poder previamente estabelecidas. Contudo, é fundamental adotar uma análise crítica sobre o conceito, reconhecendo que a criação de oportunidades não ocorre de forma neutra. Kriesi (1991) enriquece a discussão ao salientar como o quadro legal e institucional determina o ambiente em que a sociedade civil pode exercer o seu impacto, mostrando que a influência dos agentes é determinada tanto por oportunidades contextuais quanto por restrições estruturais. A relação entre abordagens centradas na agência e na estrutura permite compreender não apenas os momentos de abertura, mas também as limitações institucionais que afetam a mudança política, conforme apontam vários autores (Cairney e Zahariadis, 2016).

1.1.3. Políticas de Emprego Científico

Neste capítulo, temos vindo a dar conta dos fundamentos teóricos das políticas públicas. Importará agora apresentar, ainda que brevemente, quais as políticas de emprego científico mais marcantes no país, uma vez que é sobre estas políticas públicas que nos centramos. Assim, espera-se que o leitor possa melhor enquadrar a política aqui analisada, a Norma Transitória.

A criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em 1967, constituiu um marco no desenvolvimento do Sistema Científico e Tecnológico (SCTN). Contudo, a construção efetiva do sistema científico nacional e a expansão do ensino superior português ocorreram apenas a partir de 1986. Rodrigues (2025) caracteriza este período como o verdadeiro arranque do sistema científico, cuja orientação das políticas de ciência preconizam um modelo de planeamento e definição de prioridades.

Sob a presidência de José Mariano Gago na JNICT (1986-1989), foram introduzidas, de forma estruturada, políticas públicas direcionadas para a formação avançada em ciência, sobretudo através do financiamento de bolsas de investigação, em particular de doutoramento. Esta estratégia política manteve-se até 2016.

Segundo Heitor, Horta e Mendonça (2014), este investimento público feito há décadas foi decisivo para a formação de capital humano altamente qualificado de que se dispões hoje. Ainda assim, Portugal levou cerca de quatro décadas para atingir níveis de investimento em ciência e tecnologia considerados razoáveis, quando comparados com outros países desenvolvidos.

Por isso, a generalização de bolsas individuais constituiu um instrumento decisivo para o lançamento e a aceleração da internacionalização da ciência em Portugal, sendo reforçada a partir de 1994 com a criação do programa de Bolsas de Pós-Doutoramento (BPD), extinto em 2016. Entre 2005-2011, registou-se um aumento significativo do orçamento para a ciência, acompanhado de um crescimento do número de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, o que contribuiu para uma consolidação do número de doutorados no SCTN (Rodrigues e Heitor, 2015; Sergeira, 2023; Rodrigues, 2025).

A evolução da política científica portuguesa deve ser também compreendida sob uma lógica de influência internacional. Desde a década de 60, Portugal tem seguido recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), iniciadas com o projeto de 1965 e prolongadas até relatórios recentes de 2019. Estes documentos analisam a posição de Portugal no contexto internacional e destacam os problemas estruturais persistentes, como a dependência

excessiva de fundos europeus, a precariedade do emprego científico e a necessidade de fortalecer a ligação entre a ciência e a economia.

Em 1987, foi lançado o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia e realizaram-se as Jornadas Nacionais da Investigação Científica e Tecnológica, um momento marcante uma vez que, pela primeira vez, se juntou a comunidade científica em torno da discussão de propostas estratégicas para o desenvolvimento científico do país. Nesse mesmo período, iniciaram-se negociações com as instituições europeias que resultaram, em 1989, no Programa Ciência que foi o primeiro a mobilizar fundos estruturais comunitários¹ para a ciência em Portugal (Rodrigues e Heitor, 2015; Gomes, 2023; Rodrigues, 2025)

O *Manifesto para a Ciência*, de José Mariano Gago (1990), levanta questões sobre o desenvolvimento do sistema científico português e define os princípios orientadores das políticas científicas. Destacam-se quatro eixos: 1. O papel central do Estado como financiador e elemento do sistema científico, já que deve ser capaz de garantir o equilíbrio da investigação fundamental, maioritariamente desenvolvida pelo setor público; 2. A necessidade de aumentar a Investigação e Desenvolvimento (I&D) empresarial através de políticas públicas orientadas para o apoio às empresas, com o objetivo de alterar a especialização da economia; 3. A avaliação rigorosa, com critérios internacionais claros, para garantir a atribuição do financiamento; 4. A promoção da cultura científica como condição para que a sociedade reconheça o papel estratégico da ciência para não depender da cultura científica dos decisores políticos para ter financiamento.

Durante os anos 90, estas orientações foram consolidadas através de políticas destinadas a aumentar os recursos humanos qualificados em ciência e tecnologia. Durante o mandato de José Mariano Gago, no Ministério da Ciência e Tecnologia reforçou-se a aposta na formação avançada, mantendo-se até 2016, com o Programa de Bolsas de Pós-Doutoramento, que atribuíu bolsas anuais renováveis até ao período máximo de seis anos para recém-doutorados, regulado pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2017; Sergeira, 2023).

No início do século XXI, o investimento em ciência foi reforçado. Em 2006, foi aprovado pelo Governo a iniciativa de Compromisso com a Ciência, através da qual a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)² lançou o Programa Ciência, pioneiro na introdução de contratos de trabalho para investigadores doutorados, com a duração de 5 anos.

¹ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE).

² Antiga Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT)

Em 2007 foi aprovado o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superiores (RJIES), instituído pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que veio reconfigurar o modelo de organização e gestão das instituições de ensino superior. Este diploma centralizou competências e poderes na figura do reitor, enquanto introduziu um novo órgão de gestão, o Conselho Geral, ao qual são atribuídas competências relevantes para a autonomia e a governação interna das instituições, admitindo a participação de personalidades externas à academia neste órgão de topo (Mineiro, 2022). Paralelamente, o RJIES criou a possibilidade de adoção do estatuto fundacional concedido “pelo governo a pedido das universidades que satisfizessem certas condições”, atribuindo-lhes um estatuto de instituições “públicas de direito privado”. O principal objetivo subjacente a esta medida consistia em alargar a autonomia das instituições, designadamente no domínio da contratação, bem como possibilitar o acesso a fontes de financiamento adicionais, através da captação de fundos privados (Gomes, 2023, p. 141).

Entre 2012 e 2015, já num contexto de austeridade, surgiu o programa FCT Investigador (IF), que assegurava contratos individuais de cinco anos, estabelecendo contratos-programa entre a FCT e as instituições de acolhimento. No fundo, um programa semelhante ao do Compromisso com a Ciência, fazendo-se, portanto, suceder contratos a termo e sem se vislumbrar oportunidades para integrar investigadores e professores no quadro.

Em 2016, no âmbito da agenda estratégica “Compromisso com Conhecimento e Ciência”³, o Governo de António Costa, do Partido Socialista, lançou o Programa de Estímulo ao Emprego Científico, nos termos do diploma, com o objetivo de promover vínculos laborais estáveis para investigadores doutorados. Nesse contexto, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que estabeleceu o Regime Jurídico do Emprego Científico, criando mecanismos de contratação e prevendo no seu artigo 23.º a denominada Norma Transitória, que permitiu converter bolsas de investigação em contratos de trabalho (Sergeira, 2023; Rodrigues, 2025).

A execução deste novo contexto político resultou, em 2017, na criação do Concurso Estímulo ao Emprego Científico (CEEC), promovido pela FCT, que substituiu o anterior programa FCT Investigador (IF). O CEEC manteve muitas das características do anterior, porém, estendeu os contratos a seis anos e criou dois tipos de concursos: um individual e outro dirigido a instituições de I&D. Para além disso, este programa introduziu uma nova categoria à carreira de investigação designada de “investigador júnior”⁴

³ Cf. Portugal. *Resolução do Conselho de Ministros* n.º 32/2016, de 3 de junho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 107 (3 de junho de 2016).

⁴ Cf. <https://www.fct.pt/concursos/concurso-estimulo-ao-emprego-cientifico-individual-7-edicao>

Mais recentemente, sob o mandato da Elvira Fortunato⁵, foi lançado o Programa FCT-Tenure, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este programa tem como objetivo “promover a contratação de doutorados exclusivamente para posições permanentes”⁶, tendo em vista o princípio de estabilizar a profissionalização de investigadores a fim de construir uma “carreira mais atrativa e sustentável para investigadores em ciclos iniciais de carreira.” Estes contratos têm duração máxima de 3 anos para cada lugar atribuído na carreira docente e de 6 anos para cada lugar atribuído na carreira de investigação.

Vários autores (Ferreira, 2021, 2023a; Sergeira, 2023; Spognardi, 2024) chamam a atenção para os avanços na profissionalização da investigação científica, com sucessivos contratos a termo e a continuidade de bolsas em projetos e para formação. Ao mesmo tempo, alertam para o facto de, assim, o regime de emprego científico português poder ficar marcado por uma precariedade estrutural, dependente de fundos europeus ou privados que são, frequentemente, temporários, ou seja, sem previsibilidade.

⁵ Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 30 de março de 2022 a 2 de abril de 2024, durante o XXIII Governo Constitucional de Portugal, chefiado por António Costa. Após a demissão do governo em 2024, o cargo passou a ser ocupado por Fernando Alexandre no XXIV Governo Constitucional, liderado por Luís Montenegro.

⁶ Cf. <https://www.fct.pt/concursos/fct-tenure-1-edicao>

1.2. Precariedade

A precariedade é um fenómeno que tem merecido vários estudos recentes e está no centro do protesto que levou à criação da chamada Norma Transitória, objeto de análise da presente dissertação. Nesta secção, proceder-se-á à apresentação do conceito de um ponto de vista mais geral e depois mais restrito ao setor académico.

1.2.1. Precariedade: revisão conceptual

A utilização do conceito de precariedade nas ciências sociais para descrever determinadas condições da realidade social parece merecer uma atenção crescente. Tal decorre das profundas transformações estruturais do mundo laboral que têm marcado as sociedades contemporâneas nas últimas décadas.

Como observa Millar (2017), a multiplicidade de usos exige, das ciências sociais, um cuidado acrescido quanto ao rigor analítico do conceito. Nesse sentido, o autor parte da reflexão de três autores fundamentais que definem de formas distintas a noção de precariedade: Bourdieu, Butler e Standing, sendo sobre esses autores que nos debruçamos de seguida.

Bourdieu (1998), no seu livro *Acts of Resistance*, ao observar as transformações a que se assistiam no mercado de trabalho, dá conta de uma insegurança laboral crescente, através das formas atípicas de trabalho por intermédio do que, em Portugal, chamamos recibos verdes, e também, por exemplo, contratos temporários, que se têm alastrado ao setor tanto público como privado. Estes tipos de contratos têm-se expandindo para esferas anteriormente excluídas deste processo, como é o caso da educação.

Embora Bourdieu (1998) estabeleça uma relação entre os conceitos de precariedade e insegurança laboral, o autor não restringe o fenómeno à sua dimensão económica e política. O autor, pois reconhece o seu impacto direto na vida dos indivíduos, conduzindo-os à adoção de uma postura de medo permanente, que enfraquece a sua capacidade de resistência e mobilização coletiva. Com efeito, quem vive com medo de perder o emprego tende a adotar mecanismos de autodisciplina e controlo sobre si próprio.

Por sua vez Standing (2014, 2018) admite que as transformações que têm vindo a ocorrer no mercado de trabalho levaram ao surgimento de uma nova classe em formação, o *preariado*. Esta classe caracteriza-se pelas relações frágeis que mantém tanto com o *capital* como com o Estado, o que os leva a encontrarem-se em situações marcadas pela instabilidade e insegurança laboral.

Tanto Bourdieu como Standing conceptualizam a precariedade a partir de uma condição laboral reconhecendo, porém, que esta não constitui um fenómeno inteiramente novo para determinados segmentos da sociedade. Por esse motivo, a compreensão da vida precária e da precariedade deve ultrapassar uma leitura estritamente económica, incorporando as dimensões subjetivas da experiência individual e, sobretudo, sendo contextualizada em função do enquadramento histórico, social e geográfico em que se manifesta (Miller, 2017).

Nesta linha de raciocínio, Butler (2004) introduz uma perspetiva da precariedade enquanto condição compartilhada e inerente ao ser humano. Butler dá ao conceito um olhar mais filosófico, admitindo que as nossas obrigações éticas emergem do reconhecimento da vulnerabilidade mútua, que é a precariedade, e que nos constitui enquanto seres relacionais. A autora sublinha que as estruturas políticas tendem a impor hierarquias de valor sobre as vidas humanas, determinando quais são consideradas dignas de luta e quais permanecem invisíveis. Portanto, o conceito de precariedade adquire uma dimensão coletiva que vai para além da experiência individual e inscreve dinâmicas sociais que moldam a vida comum dos indivíduos.

Existem várias dimensões envolvidas, quando analisamos o fenómeno da precariedade, embora esta discussão ultrapasse o âmbito estritamente laboral e percecionem questões mais amplas. Neste sentido, Sennett (2001), parte das transformações no mercado de trabalho e dos seus efeitos, não apenas nas instituições enquanto entidades coletivas, mas também na forma como os indivíduos constroem a sua identidade e percecionam o seu próprio carácter⁷. A dimensão subjetiva, associada a desejos e sentimentos, tornou-se profundamente afetada pela flexibilização do trabalho. A imprevisibilidade do longo prazo converteu-se numa característica estrutural do sistema económico contemporâneo, cada vez mais orientado para o curto prazo. Nesse contexto, as instituições, que outrora funcionavam como pilares de estabilidade e confiança, foram enfraquecidas ou reconfiguradas, comprometendo os laços sociais de solidariedade e minando a confiança coletiva de que dependem. Tal processo reflete um deslocamento do risco, o que era anteriormente absorvido pelas instituições, como por exemplo, o domínio do trabalho, passa a ser transferido para o indivíduo, que se vê agora responsável por gerir riscos outrora tratados coletivamente (Barata e Carmo, 2015; Beck, 2015; Matias e Carmo, 2019).

⁷ Para o autor, o carácter diz respeito a uma dimensão para além da “personalidade” *per se*. Tem a ver com traços pessoais que valorizamos em nós mesmos e esperamos que os outros também o façam. Portanto, o carácter remete para desejos e sentimentos de cada indivíduo.

1.2.2. Precariedade na Academia

Nas sociedades ocidentais, a partir das reformas do Estado iniciadas nas décadas de 80, as organizações públicas têm incorporado, de forma significativa, a influência da teoria económica, nomeadamente através da *Nova Gestão Pública*, assente numa lógica de cariz gerencialista (Araújo, 2007).

Esta perspetiva parte do princípio de que o Estado deve adotar um modelo de funcionamento mais próximo do das empresas, destacando-se, nesse contexto, medidas como as privatizações e as reestruturações que visam alinhar o setor público com as lógicas de gestão do setor privado. Não se trata apenas de um processo de privatização, mas antes de uma adoção de significados e comportamentos orientados por uma lógica empresarial (Ball, 2003).

Esta nova forma de *governança* parte da premissa de que o Estado atravessa uma crise de legitimidade, resultante da sua ineficácia e da excessiva burocratização. Por esse motivo, a adoção de políticas neoliberais, baseadas numa visão privatizadora e de mercado, leva o Estado a afastar-se progressivamente da sua orientação democrática centrada no bem público e na valorização e proteção do setor público (Lima, 2018).

Na esfera académica, este fenómeno tem sido amplamente estudado por diversos autores, entre os quais se destacam, internacionalmente, Archer (2008) e Ball (2003, 2015) e, no contexto português, Ferreira (2021, 2023a, 2023b, 2024). Estes autores, de um modo geral, evidenciam a crescente influência da economia na configuração das instituições de ensino superior, que se tem vindo a aproximar de uma lógica de “economia do conhecimento”, cujo objetivo central é a produção de bens e a comercialização de serviços através de uma mão de obra altamente qualificada. Nesse contexto, os docentes e investigadores tornam-se, simultaneamente, produtores e comerciantes de conhecimento científico. Por um lado, ao produzirem artigos científicos que são resultado de investigação e, por outro, ao lecionarem os cursos que integram a oferta formativa das instituições.

Assim, o conhecimento é convertido num produto comercializável e a própria formação académica transforma-se num serviço sujeito a uma lógica de mercado. Historicamente, as instituições de ensino superior sempre se caracterizaram por uma estrutura fortemente hierarquizada e desigual, marcada por níveis de precariedade especialmente nas categorias inferiores da carreira de docente, tal como se verifica no Estatuto da Carreira Docente em Portugal (Rao, Hosein e Raaper, 2021; Burton e Bowman, 2022).

Contudo, essa precariedade era considerada transitória e circunscrita ao início da carreira académica, sendo percecionada como uma etapa de progressão e formação profissional (Ferreira, 2023a). Atualmente, os contornos desta realidade alteraram-se substancialmente e este fenómeno

deixou de ser considerado temporário passando a constituir uma *condição estrutural e prolongada*, afetando toda a trajetória profissional de muitos investigadores e docentes. Muitas das vezes tentando esconder práticas de instabilidade laboral, seja através de bolsas de investigação, colaboração em projetos não financiados, produção de artigos científicos com uma “lógica de paixão pela ciência”, levando estes investigadores precarizados a manter a esperança permanente de uma futura vinculação, muitos dos quais rotulados com “early career” até aos 40 anos (Vatansever e Kölemen, 2020).

Ferreira (2023) utiliza o conceito de Laurent Berlant de *otimismo cruel* no decurso da sua investigação, para demonstrar como estes trabalhadores científicos são afetados pelo seu trabalho ao absorverem e reproduzirem práticas com a ânsia incessante de um dia vir a conseguir uma posição permanente. Esta autora chega a admitir a existência de uma situação-limite vivida por estes trabalhadores, designados como “exército de reserva”, aproximando-se do conceito de “trajetória de emprego em carrossel” de Diogo (2013). No entanto, ao contrário do que Diogo (2023) descreve, estes indivíduos não chegam efetivamente a mudar de emprego, mas permanecem à margem da academia, alternando entre períodos de emprego e de desemprego, o que torna esta área cada vez mais uma posição de privilégio sustentada por apoio familiar, já que nem todos podem ter períodos sem rendimento. Nas palavras da autora:

“exército de reserva” de trabalhadores académicos altamente qualificados que vão encontrando formas de permanecer nas fronteiras, nem completamente dentro, nem completamente fora, das organizações de ensino superior e de ciência. Pessoas disponíveis para trabalhar em quaisquer condições, com reduzido acesso a mecanismos de proteção social, empreendedores de si mesmos, individualizados, que contribuem, que contribuem, pela sua simples existência, para a disciplinação dos actuais trabalhadores contratados (...). [Ferreira, 2023, p. 21]

Todo este contexto cria uma pressão sobre os indivíduos para serem mais produtivos, mas sobretudo terem um melhor desempenho, isso significando: publicar mais artigos em revistas de alto impacto ou indexadas internacionalmente, participar mais em conferências nacionais e internacionais, demonstrar capacidade de atrair fundos públicos e privados através das candidaturas a projetos, tudo isto em nome da “excelência académica” (Kerr, 2022).

Haro (2017) admite que o fator impacto, métrica quantitativa de citações para avaliar a influência de uma revista científica dentro da academia, aliado ao modelo de publicações global moldam a conduta dos investigadores. Esta métrica leva-os a adotar uma lógica de ciência que valoriza critérios como a internacionalização de publicações, o reconhecimento internacional em distinções e

financiamentos e a divulgação científica. Este fenómeno acaba por afastar os investigadores de estudarem os seus verdadeiros interesses de investigação, ou até irem estudar algo que sabem que pode vir a ter um impacto maior no futuro e não no presente. Este contexto não prejudica somente os investigadores é também permeável à posição de cada país afetando o conhecimento produzido e consumido, sobretudo, em países semiperiféricos como Portugal, podendo surgir lógicas de estudo que não chegam a ser emancipadoras para o SCTN.

Esta lógica de competição por “excelência” leva os indivíduos a adotarem o que Ball (2003) chama de racionalidade performativa, onde se prioriza a concorrência entre colegas, pois a posição é só uma e o que tiver um melhor desempenho fica com a posição. Portanto, vários autores parecem sustentar que a academia hoje privilegia, como foi acima mencionado, o desempenho baseado em indicadores. Estes indicadores substituem a lógica de cooperação e compromisso com o bem comum, que é a ciência, sobrevalorizam a cultura de avaliação mediante critérios de performance que nem sempre significam qualidade científica que aparecem associados a vínculos laborais instáveis (Archer, 2008; Pérez-Zapata *et al.*, 2016; Kerr, 2022).

Esta competição constante entre colegas de profissão tem o sentido perverso de levar os próprios indivíduos a adotarem uma posição de “donos do seu destino”, sem que consigam perceber-se enquanto profissionais, enquanto seres coletivos, o que bloqueia a capacidade de agência para agir coletivamente por melhores condições de trabalho. Archer (2008) e Afonso (2013) mostram que, dentro da academia, os números de docentes e investigadores que se encontra em posições hierarquicamente superiores tentam adotar mecanismos para controlar e proteger-se da precariedade, designadamente, delegando o trabalho de menor importância e que leva tempo a realizar aos que se encontram em posições inferiores, os que são mais precários: bolseiros, investigadores e leitores em contratos temporários.

Apesar da crescente tendência *gerencialista* e mercantil que atravessa as instituições de ensino superior, têm emergido espaços de resistência e alternativa na academia que reafirmam a ciência como um valor orientado para o compromisso ético, pelo bem comum e pela produção coletiva de conhecimento (Archer, 2008).

Esta resistência, contudo, ocorre num contexto historicamente marcado por uma fraca tradição de ação coletiva dos investigadores em Portugal. Como discutem Santos e Matos (2023), a academia portuguesa desenvolveu-se num quadro institucional marcado por uma forte hierarquização e poder colegial que favoreceu trajetórias individualizadas e pouco sindicalizadas, dificultando a mobilização coletiva em prol de objetivos comuns. Não obstante, nos últimos anos, a precariedade académica tem vindo a ganhar visibilidade pública o que pode indicar mudanças.

Um relatório recente de OCDE (2021) mostra que, em Portugal, tal como noutros países, as condições de carreira na investigação científica continuam a ser marcadas por uma elevada prevalência de posições temporárias, o que compromete a sustentabilidade do sistema científico. A título de exemplo, os dados do Observatório do Emprego Científico e Docente (OECD) ⁸ revelam que, entre os docentes e investigadores doutorados contratados a partir de 2017, mais de metade (cerca de 55%) possuem contratos a termo ou de duração incerta. Estes vínculos resultam, em grande medida, de mecanismos transitórios de contratação, como o Decreto-Lei n.º 57/2016, o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e o Estímulo ao Emprego Científico da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Na mesma altura, o inquérito conduzido por Ferreira (2021) e publicado pela Federação Nacional de Professores (FENPROF) indica que cerca de 43% dos doutorados beneficiaram de bolsas por mais de 10 anos e, aproximadamente, 75% encontravam-se no seu primeiro contrato de trabalho.

⁸ Cf. <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>

1.3. Ação coletiva e influência

Tendo como intuito compreender a influência da ação coletiva de sindicatos e movimentos sociais, impõe-se determo-nos no que pode ser essa influência e como esta pode ser medida. Nesta secção, procede-se, assim, inicialmente, à análise da lógica da ação coletiva, aos tipos de influência (ou sucesso) e à geometria variável das organizações que maior desenvolvimento alcançaram nas nossas sociedades, os sindicatos. De seguida, discutem-se os conceitos teóricos de Tilly (1978), nomeadamente no que se refere à mobilização e ao reportório de ação, na medida em que são dimensões analíticas, ou seja, ferramentas concetuais úteis para pensarmos o caso da Norma Transitória. Termina-se chamando a atenção para como, no atual quadro de crise do sindicalismo, se exploram formas de saída da crise, entre elas através de novas alianças entre movimentos sociais e grupos formais.

1.3.1. Lógica da ação coletiva e geometria variável

Na presente investigação, o conceito de ação coletiva será utilizado num sentido amplo, englobando tanto grupos formais ou associações, como os sindicatos, quanto grupos informais ou movimentos sociais. Reconhece-se, contudo, que a distinção conceptual entre grupos e movimentos possui relevância analítica e será brevemente discutida na secção teórica sobre movimentos sociais (Porta e Diani, 1998). Neste contexto, os termos serão empregues num sentido operacional, referindo-se às formas organizadas de interesses e objetivos comuns.

A ação coletiva no mundo do trabalho tem sido, historicamente, uma das formas centrais de estruturação das relações laborais nas sociedades capitalistas. Embora, à primeira vista, a ação coletiva possa ser concebida como um fenómeno universal- através do qual grupos sociais se organizam para a defesa de interesses comuns- a sua concretização revela assimetrias estruturais, sobretudo quando se comparam os dois polos fundamentais do conflito capitalista: capital e trabalho (Offe e Wiesenthal, 1980).

A análise desenvolvida Offe e Wiesenthal (1980) constitui um contributo fundamental para compreender a ação diferenciada dos grupos de interesse, dando o exemplo da assimetria trabalho e o capital. Os autores mostram que, apesar de ambos serem grupos de interesse, obedecem a lógicas de organização radicalmente distintas, tanto nos seus motivos de ação coletiva como na sua capacidade efetiva de mobilização e poder.

Embora o trabalhador venda a sua força de trabalho, este continua ligado ao capital e não pode dissociar-se dele como uma mercadoria comum. Essa condição, em que o trabalhador é

simultaneamente sujeito e objeto da relação de trabalho, fragiliza a sua capacidade de consciência e de mobilização coletiva, acentuada pela crescente individualização das relações laborais e pela heterogeneidade dos interesses envolvidos (Offe, 1988, 1989).

O capital apresenta-se como um agente unificado e acumulável: o dinheiro pode ser somado, as máquinas podem ser agregadas, as decisões podem ser centralizadas. Em contrapartida, os trabalhadores estão dispersos e frequentemente em competição entre si, o que exige um esforço adicional de articulação e construção de interesses comuns. Daí resulta um desequilíbrio estrutural nas capacidades de organização e influência entre as classes, onde capital possui coesão interna, acesso a múltiplos canais de influência e independência face ao trabalho (Offe, 1989).

Estas lógicas assimétricas de organização constituem o ponto de partida para compreender as várias condições de mobilização e repertório de ação coletiva, que serão analisados na secção seguinte. Salienta-se que, no decurso desta investigação e dados os seus objetivos, o conceito de ação coletiva será abordado sob a lógica do trabalho do investigador científico atendendo que existem diversos grupos representativos de investigadores, de sindicatos a grupos informais.

1.3.2. Mobilização e repertório de ação

A mobilização é o processo pelo qual atores coletivos convertem os seus recursos em ação coletiva coordenada, o que implica que indivíduos passivos se tornam participantes ativos na vida social por meio de ações coletivas visam alcançar os interesses ou objetivos específicos (Tilly, 1978). A mobilização pode ocorrer em diferentes níveis de organização, desde episódios espontâneos e menos organizados, como motins, até ações coordenadas e lideradas por organizações, como manifestações.

Esta perspetiva reforça a natureza diversificada da mobilização, configurando-se como um espectro não linear. Segundo Tilly (1978), os atores mobilizam-se por meio de repertórios de ação, entendidos como o conjunto de táticas e estratégias que grupos -tanto formais como movimentos sociais- utilizam para se organizar e perseguir os seus objetivos. Esses repertórios são influenciados por fatores históricos contextuais, evoluindo ao longo do tempo à medida que os grupos se adaptam às circunstâncias e oportunidades disponíveis para atingir a mudança que pretendem. De forma concreta, tais ações procuram aumentar o envolvimento e a participação dos indivíduos, fortalecendo a ação coletiva, são exemplos as manifestações, greves, ocupações, campanhas de comunicação, entre outras.

As ações coletivas podem, ou não, gerar impacto sobre as estruturas políticas e sociais e o seu efeito dessas ações sobre tais estruturas é denominado influência. Este conceito refere-se à capacidade de promover mudanças nas instituições políticas e sociais conceito distingue-se, portanto, da mobilização. Segundo Offe (1988), a influência dos novos movimentos sociais pode ser medida através de três formas de sucesso, tipologia que serve de referência analítica para este estudo:

1. *Êxito substantivo*: mudanças concretas em políticas ou decisões económicas alinhadas com os objetivos do movimento social;
2. *Êxito processual*: mudanças nos mecanismos de tomada de decisão- introdução de mecanismos de participativos como audiências públicas, referendos- que mesmo sem alterar o conteúdo das decisões desafiam o modo como o poder está estabelecido;
3. *Êxito político*: reconhecimento institucional por parte de atores estabelecidos como partidos, sindicatos e media, traduzido na incorporação das suas reivindicações em plataformas políticas.

No caso dos sindicatos, a mobilização manifesta-se através de ações coletivas, sendo a greve o principal instrumento de sanção, utilizado em último recurso. Para que esta capacidade se concretize, é imprescindível uma liderança eficaz, capaz de coordenar a disposição dos membros não só para agir, mas também para suportar os custos inerentes à ação coletiva (Offe e Wiesenthal, 1980).

Neste sentido, os sindicatos enfrentam o desafio constante de manter um equilíbrio instável entre diversas dimensões organizacionais: entre a mobilização de recursos e a mobilização de atividades; entre o ampliar alargamento dos membros e a proteção de uma identidade coletiva coesa; entre a burocratização- que permite uma acumulação mais eficaz de poder- e a manutenção de práticas democráticas internas que legitimam o exercício desse mesmo poder (Freire, Rego e Rodrigues, 2014).

1.3.3. Crise do sindicalismo e alianças com outros movimentos sociais

Os sindicatos alcançaram um papel relevante nas democracias que impõe, por exemplo, no caso do quadro normativo português, a sua consulta pelo poder político sempre que há alteração das políticas num determinado setor económico.

Em rigor, os sindicatos não são simples associações de membros, mas oscilam na sua missão em função de diversos fatores. Hyman (2001)propõe uma conceção tripartida dos propósitos sindicais, distinguindo três tipos-ideais de identidade sindical:

1. Sindicalismo de oposição anticapitalista: neste modelo, os sindicatos têm uma visão de *classe*, o que leva a que a sua prioridade resida na militância e mobilização social da classe trabalhadora, assumindo a contestação do sistema capitalista;
2. Sindicalismo de integração social: constituindo uma alternativa ao primeiro modelo, este paradigma entende os sindicatos como veículos de integração dos trabalhadores na *sociedade* existente. A sua ação centra-se na promoção do bem-estar gradual e na coesão social, funcionam, ao contrário do anterior, como um mediador entre capital e trabalho;
3. Sindicalismo empresarial: neste caso, os sindicatos operam enquanto organização representativa de interesses específicos da profissão, atuando numa lógica de regulação de *mercado*.

A sobrevivência e relevância dos sindicatos depende, em grande medida, da sua capacidade de coexistir com outras instituições sociais e políticas, mesmo com aquelas que lhes possam ser antagónicas. Como ilustra na *Figura 2*, os sindicatos não se situam de forma fixa num único vértice (ou tipo-ideal), pelo contrário, o seu posicionamento varia consoante o equilíbrio entre os três polos: classe, mercado e sociedade.

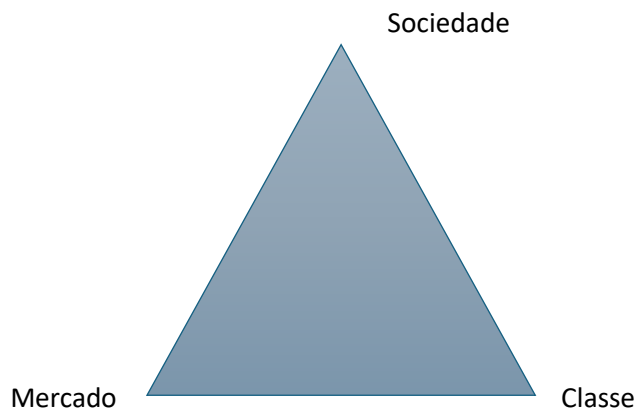


Figura 2: Triângulo das orientações sindicais

Fonte: Adotado de Hyman (2001, p.4)

De forma simplificada, os sindicatos podem orientar-se, estrategicamente, em diferentes direções dentro deste triângulo conceptual: -entre classe e mercado; - entre mercado e sociedade; -entre sociedade e classe.

Nos países anglófonos, os sindicatos têm sido frequentemente interpretados como organizações orientadas para a obtenção de benefícios materiais para os seus membros, sobretudo através da negociação coletiva. Contudo, esta visão reduz o alcance do sindicato a uma dimensão estritamente económica. O modelo de sindicalismo empresarial, apenas poderá contribuir efetivamente para a regulação do mercado se os seus objetivos e práticas ultrapassarem a vertente económica. Esta limitação resulta de uma premissa fundamental: o trabalho não se pode comparar a uma mercadoria comum. O próprio contrato de trabalho não representa uma troca direta e equivalente, como acontece na compra de um bem de consumo.

Ao contrário da compra de um produto— como uma peça de vestuário em que a relação entre consumidor e vendedor cessa após a sua aquisição— o contrato de trabalho não determina de forma exata a quantidade de esforço para a realização de uma tarefa. Além disso, o trabalho envolve uma componente social e coletiva, expressa na ideia de “força de trabalho”, que desafia as abordagens centradas exclusivamente no desempenho individual, por isso tem remunerações medidas na base do mérito individual ignora as dinâmicas coletivas e interdependentes processo laboral (Hyman, 2001).

A literatura sobre as relações laborais tem, nos últimos anos, dedicado atenção à crise do sindicalismo. Por um lado, os sindicatos encontram-se atualmente numa posição de perda de relevância, essencialmente devido ao declínio das taxas de sindicalização, o que tem conduzido a uma redução de influência política e da sua presença no mercado de trabalho. As razões que explicam o decréscimo da densidade sindical são, de um modo geral, consensuais na literatura. Com o desaparecimento progressivo do trabalho industrial e com o crescimento de formas de emprego atípicas altamente individualizadas, torna-se mais difícil para os trabalhadores construir e expressarem a sua voz coletiva (Visser, 2019; Rego, Nunes e Pita, 2023).

Para contrariar esta tendência pessimista, alguns autores têm proposto que uma possível via de revitalização sindical, enquanto ator coletivo, passa pela construção de alianças com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil (Hyman, 2007; Gumbrell-McCormick and Hyman, 2013; Ibsen e Tapia, 2017; Zajak et al., 2018; Rego e Costa, 2022).

No entanto, os estudos empíricos sobre estas dinâmicas, especialmente no contexto do Sul da Europa, permanecem escassos e apresentam resultados inconclusivos quanto à natureza e aos efeitos das alianças entre sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Esta limitação torna-se mais evidente no caso de estudo, o sistema português, historicamente marcado por fortes divisões ideológicas e pela coexistência de sindicatos de orientações rivais frequentemente polarizados e com uma ação fragmentada. Nessas circunstâncias, a construção de alianças estáveis entre diferentes atores coletivos revela-se especialmente difícil. (Gumbrell-McCormick and Hyman, 2013; Caprile et al., 2018: 21; Alcalde-González, Gálvez-Mozo e Valenzuela-Bustos, 2024).

Apesar disso, importa notar que têm emergido experiências recentes que demonstram que tais parcerias, ainda que frágeis, podem desenvolver-se em cenários onde o objetivo é comum. Um exemplo é a organização de trabalhadores de plataformas digitais, como motoristas ou estafetas de aplicações como a Uber, que tem promovido formas de colaboração entre sindicatos e coletivos informais. Esses casos relevam mudanças na ação sindical, na medida em que as estruturas mais formalizadas procuram articular-se com movimentos sociais de base, ou seja, que tenham contacto direto com os sujeitos que querem considerar (Pais, Pérez de Guzmán e Inglesias-Onofrio, 2023).

Face ao atual contexto de crise do sindicalismo tradicional, observam-se novas formas de ação coletiva. Estes novos atores não se enquadram facilmente nos quadros analíticos pré-existentes, pois não têm como base ideológica a classe e questionam pressupostos da democracia liberal, politizando temas que transcendem a dicotomia público/privado, como o ambiente, o consumo sustentável ou a visão do individual e do coletivo (Offe, 1988; Porta e Diani, 1998).

A distinção entre grupos sociais e movimentos sociais é relevante para compreender a diversidade de formas de ação coletiva e em que ponto este estudo se centra. Os grupos formais, como os sindicatos ou associações legalmente constituídas, possuem uma estrutura organizacional estável tendo regras internas e estatutos que definem os cargos, assim como objetivos negociáveis no quadro institucional existente; enquanto os grupos informais não são reconhecidos juridicamente, mas emergem em contextos institucionais específicos e mobilizam-se de forma flexível em torno de um interesse comum.

Estes novos movimentos e grupos informais organizam-se de forma fluida e horizontal sem lideranças claras nem hierarquias rígidas. São compostos por redes informais- como voluntários, e participantes ocasionais- o que não lhes permite dispor de meios institucionais para negociar. Ao contrário dos sindicatos, não conseguem oferecer garantias nem compromissos coletivos nas decisões políticas, o que lhes confere um carácter moral absoluto e, por vezes, intransigente nas suas reivindicações. Mesmo quando convidados a participar no processo de tomada de decisão, enfrentam dificuldades de consolidação, pois não possuem uma ideologia coesa e abrangente que oriente estratégia de longo prazo (Offe, 1988).

CAPÍTULO 2

Metodologia

Neste capítulo apresentamos a estratégia metodológica desenvolvida para responder à nossa pergunta de partida, assim como o modelo de análise que emergiu da exploração do tema e revisão da literatura.

A pergunta de partida, além de garantir clareza, pertinência e ser exequível perante os recursos disponíveis (Quivy e Campenhoudt, 2005), deve assumir um carácter orientador ao longo do estudo. Assim, a nossa questão é: **“De que forma a ação coletiva de movimentos sociais e sindicatos influencia a configuração do emprego científico em Portugal?”**, sendo que a operacionalizamos através do estudo de caso da **Norma Transitória**.

A pergunta de partida permitiu delinear o objeto de estudo: as organizações representativas dos investigadores, ou seja, os sindicatos, os grupos formais e informais de organização coletiva que representam aqueles profissionais.

Com o intuito de explorar o tema, aprofundar o conhecimento sobre o processo legislativo e reunir possíveis contactos, foi realizada, a 6 de março de 2025, uma entrevista exploratória a uma especialista sobre a precariedade na academia e dirigente sindical. Esta conversa permitiu não só identificar intervenientes, como explorar a problemática do ponto de vista de quem a estuda e é ativista.

A partir desta pergunta de partida foram estabelecidos três objetivos específicos:

1. Descrever e analisar as políticas públicas de emprego científico que, durante o período democrático, influenciaram as condições laborais no setor académico, com especial enfoque no objetivo sobre o Decreto-lei 57/2016 e no seu artigo 23.º designado Norma Transitória;
2. Mapear os movimentos sociais e sindicatos envolvidos na defesa do emprego científico, destacando o período que antecedeu e acompanhou a implementação da Norma Transitória;
3. Compreender as perceções dos representantes destes movimentos e sindicatos sobre o impacto da sua ação, assim como as perceções de representantes e executantes das políticas de emprego científico quanto à influência daqueles *stakeholders*.

Numa primeira abordagem, objetivo 1, procedeu-se à apresentação da política pública como lógica causal, propondo contextualizá-la numa cronologia. Nesse sentido, o *Anexo C e J* permite-nos compreender a lógica longitudinal das políticas de emprego científico adotadas em Portugal e como a política em análise, a Norma Transitória, se enquadra nesse mesmo contexto.

O objetivo 2 remetia para o mapeamento das organizações que constituíam o nosso objeto de estudo. A sua identificação começou em contexto de trabalho de campo, com presença na Manifestação Nacional convocada a 23 de outubro de 2024 (ver *Anexo D e L*), bem como em diversos

plenários de investigadores em instituições de ensino superior, nomeadamente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ocasiões que proporcionaram a oportunidade de identificar alguns grupos e possíveis entrevistados. Esta recolha foi complementada com pesquisa e análise online, permitindo a elaboração de uma tabela de mapeamento geral das associações representativas de investigadores- conforme *Anexo E*.

Posteriormente, tendo em vista o objetivo 3, foram realizadas entrevistas a dirigentes das organizações representativas enquanto atores coletivos que intervieram no processo legislativo do Decreto-Lei n.º 57/2016, assim como a identificação dos parlamentares dos partidos políticos com poder decisório- ver *Anexos F, G, H e I*.

O modelo de análise desta investigação inclui, assim, a definição clara do objeto de estudo das dimensões de análise. Deste modo, torna-se possível orientar a investigação de forma sistemática, com o objetivo de responder à pergunta de partida. Temos, por um lado, as organizações representativas de investigadores, que exercem pressão sobre os decisores políticos através da diversificação de ações (contactos diretos com os partidos e academia, sensibilização da opinião pública através dos mass media); e, por outro lado, uma política seguindo uma lógica causal com vista à resolução do problema social, a precariedade na academia. A figura 3 apresenta este modelo, ilustrando a problemática que quisemos analisar.

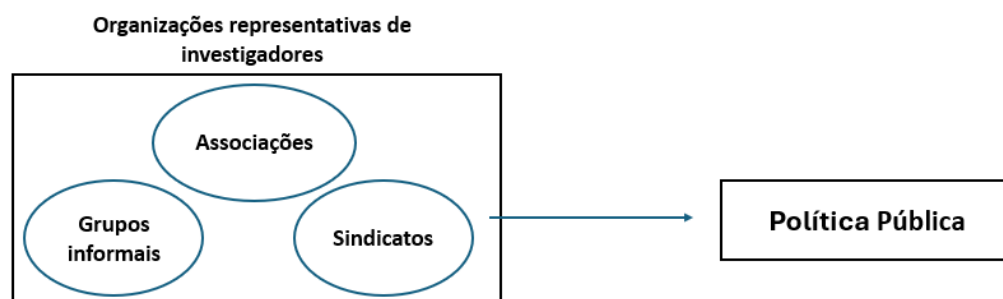


Figura 3: Modelo de análise

Fonte: Elaboração própria

Optou-se por uma abordagem qualitativa, com o propósito de explorar as percepções e experiências dos atores envolvidos a partir do seu próprio discurso (Quivy e Campenhoudt, 2005).

A principal técnica de recolha de dados foram as entrevistas semiestruturadas, dado o seu potencial de conjugar a exploração de tópicos previamente definidos com a emergência de questões espontâneas suscitadas ao longo da entrevista. Este instrumento mostrou-se particularmente

adequado à reconstrução do processo legislativo, permitindo aceder às interpretações de conflituosidade ou ausência dela e às leituras subjetivas das experiências vividas pelos diferentes atores, nomeadamente no que diz respeito ao relacionamento entre as organizações representativas de investigadores, entre outros aspetos.

As entrevistas decorreram entre 2 de maio e 25 de julho e 2025, tendo sido realizadas num regime misto: algumas presencialmente, outras em formato online, em função da conveniência dos participantes. Embora tenham sido identificados e contactados mais *stakeholders*, no total, foram feitas 10 entrevistas, dirigidas a dois tipos de participantes:

- Representantes de movimentos sociais, sindicatos e associações, que desempenharam um papel significativo no período que antecedeu ao Decreto-Lei n.º 57/2016⁹;

- Representantes parlamentares e responsáveis políticos envolvidos nesse processo legislativo.¹⁰ - ver *Anexo J*.

A *Tabela 1* dá conta justamente da caracterização dos entrevistados e respetivas organizações.

Tendo em vista reunir os pareceres dos representantes dos investigadores realizaram-se entrevistas, mas que foram complementadas com a visão dos decisores políticos, isto é, dos representantes dos partidos políticos que constituíam a chamada «Geringonça» e que estiveram presentes na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Deste modo, procuramos uma visão mais abrangente e plural que nos permitisse compreender melhor o processo político de criação de emprego científico.

O conteúdo das entrevistas foi objeto de uma análise de conteúdo, com recurso à técnica de análise temática, através do software MaxQda (*versão 24.8.0*). O intuito foi identificar representações sociais, juízos e práticas relatadas pelos entrevistados, bem como os sentidos atribuídos às suas experiências. Esta análise foi guiada pelas dimensões analíticas definidas previamente no quadro teórico-conceitual, assegurando uma sistematização da informação recolhida.

A recolha de dados primários através de entrevistas foi complementada com análise documental de legislação, pareceres institucionais dos intervenientes, websites, entre outros documentos.

⁹ Foram contactados os Núcleos de Investigadores do ISCTE, Núcleo de Investigadores do Técnico e Núcleo de Investigadores Faculdade de Ciências da UL, contudo, não foi recebida qualquer mensagem em tempo útil, isto é, até ao fim da redação desta dissertação.

¹⁰ Foram contactados o Partido Social Democrata (PSD), Partido do Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), contudo, não foi recebida qualquer mensagem em tempo útil, isto é, até ao fim da redação desta dissertação.

Tabela 1: Caracterização dos entrevistados

Tipo de organização	Organização/ Movimento	Data de criação	Função do entrevistado 2015-2016	Notas Relevantes
Associações de Investigadores	Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC)	2003	Dirigente	Foram realizadas duas entrevistas: 1. Presidente da direção (à data): ABIC 1 2. Membro da delegação do Porto: ABIC 2
Associações de Investigadores	Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT)	2010	Dirigente	Presidente da direção (à data)
Associações de Investigadores	Rede de Investigadores Contra a Precariedade Científica	2016	Fundador e dirigente	Estrutura informal criada em Lisboa à época da Norma Transitória
Associações de Investigadores	Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutoramento da UAlg	(após 2016)	Fundadora	Estrutura informal e circunscrita ao universo da Universidade do Algarve
Organizações Sindicais	Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup)	1989	Dirigente	(Dirigente à data)
Organização Sindicais	Federação Nacional dos Professores – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (FENPROF-SPGL)	1989	Dirigente	Integrou o PREVPAP
Partidos Políticos	Partido Socialista (PS)	1973	Deputado	Integrava a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
Partidos Políticos	Partido Comunista Português (PCP)	1921	Assessora parlamentar	Integrava a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
Partidos Políticos	Bloco de Esquerda (BE)	1999	Deputado	Integrava a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

CAPÍTULO 3

Apresentação de resultados

3.1. Apresentação de resultados: Norma Transitória

Nesta secção apresentamos a Norma Transitória, ou seja, a medida política que visa passar os doutorados de bolseiros a contratados. E contextualizamos o aparecimento deste artigo específico no Decreto-Lei nº 57/2016. Pretende-se analisar a lógica subjacente a essa política, identificando o seu enquadramento conceptual, os princípios orientadores e objetivos que a sustentam. Para tal, recorre-se à Teoria da Mudança (PlanAPP, 2023), que permitirá compreender a coerência interna da política, a sua relevância no contexto académico e os mecanismos através dos quais se propõe- ou não- atingir os resultados esperados.

3.1.1. Razão de ser da Norma Transitória: decreto-lei 57/2016

Como foi referido no capítulo do enquadramento teórico relativamente às políticas de emprego científico, o sistema científico português somente após o 25 de abril é que consolidou a sua estrutura nacional de apoio à ciência e tecnologia. Contudo, no período da crise das dívidas soberanas (2009-2012) este setor, como muitos outros, enfrentaram cortes significativos.

Desta forma, ultrapassado esse contexto recessivo, em 2016, a Resolução do Conselho de Ministros nº32/2016, de 3 de junho ¹¹, apresentou uma agenda estratégica “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: O Compromisso com o Futuro” para a legislatura de 2016-2020. Esta estratégia visava, segundo a lógica do diploma, reafirmar o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) enquanto principal agente de desenvolvimento, sustentando-se na sua capacidade de gerar efeito de arrastamento sobre a economia por meio dos quais se promoveria o avanço em áreas como a inovação e competitividade internacional.

Sob orientação desta agenda, foi adotado o Decreto-Lei n.º 57/2016 ¹², de 29 de agosto, posteriormente alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, que estabeleceu a base jurídica do Programa de Estímulo ao Emprego Científico em Portugal. Este decreto foi formulado para criar um regime específico de contratação de doutorados, substituindo gradualmente as bolsas de pós-doutoramento por contratos de trabalho formais, segundo os termos do próprio diploma, como é

¹¹Cf. Presidência da República. Decreto do Presidente da República n.º 22/2016 de 3 de junho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 107, 3 de junho de 2016.

¹² Cf. República portuguesa. 2016. Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 165. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

possível ver no *Anexo A e B*. Portanto, pretendia-se estimular a fixação de investigadores qualificados, reduzindo a precariedade laboral e, ainda, alinhar as práticas nacionais às europeias. O objetivo primordial era garantir vínculos laborais formais para investigadores doutorados em todas as áreas do conhecimento, valorizando a sua integração nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), ou seja, instituições de ensino superior, centros de investigação e laboratórios de Estado.

A presente investigação incide sobre o artigo 23.º do DL 57/2016, a intitulada *Norma Transitória* – ver *Anexo A*. A *Norma Transitória* surge como parte de um conjunto de políticas implementadas pelo XXI Governo Constitucional (2015-2019), governo de coligação liderado pelo Partido Socialista, com o objetivo de promover condições contratuais dignas aos doutorados. A política em concreto obrigava à abertura de procedimentos concursais em instituições públicas ou financiadas por recursos públicos, para contratar doutorados, à data de 1 de setembro de 2016 exercessem funções há mais de três anos seguidos ou interpolados, como bolseiros de pós-doutoramento ou sob outras formas de vínculos precários. Segundo o diploma:

- A norma abrange investigadores cujo vínculo como bolseiros tenha cessado, mas que cumpriam os critérios temporais;

- Os contratos celebrados ao abrigo da norma teriam a duração de três anos, com possibilidade de extensão para seis anos, desde que a avaliação do investigador contratado fosse positiva e que os recursos financeiros fossem mantidos;

- A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) desempenharia o papel central no financiamento dessas contratações, garantindo as condições mínimas de remuneração baseada na Tabela Remuneratória Única.

A Norma Transitória foi concebida para operar em diferentes níveis de concretização. A razão de ser desta política de emprego científico, segundo o diploma legal em análise, reside no reconhecimento do papel estratégico da ciência no desenvolvimento económico e social; e de que produção de conhecimento depende de condições dignas de trabalho para investigadores e docentes, o que passa pela sua contratação formal. Indo ao encontro do que alguns especialistas defendem, a Norma Transitória parece considerar que enquanto o país não garantir condições dignas aos trabalhadores científicos, as consequências causadas serão perversas tanto para a sociedade que investe na formação destes doutorados, como para os próprios, que enfrentam adiamentos dos seus projetos de vida pessoal, familiar e profissional (Ferreira, 2023, 2024).

Importa acrescentar que esta política enfatiza a interconexão entre Ciência-Inovação-Economia. Estas três dimensões estão intrinsecamente relacionadas e são pilares fundamentais para o posicionamento de uma economia competitiva de mercado global (Mazzucato, 2013). Por este motivo a presente investigação, e sobretudo este capítulo, procura dar conta da razão de ser da política a fim

de identificar quais os mecanismos que não foram ativados no decorrer do processo de formulação e implementação da intervenção pública.

3.1.3. Teoria da Mudança aplicada à Norma Transitória

Como visto atrás, no capítulo “Políticas Públicas e Emprego Científico”, segundo Knoepfel et al. (2007), todas as políticas são concebidas com o objetivo de resolver um problema previamente identificado como público e que, por esse motivo, é incorporado na agenda governamental. A teoria da mudança permite-nos compreender o processo associado à emergência da Norma Transitória, de modo a identificar a lógica causal que sustenta a política na prossecução do seu objetivo último.

Deste modo, ela permite identificar uma resposta ao problema público identificado: a precariedade no sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) e, em particular, dos investigadores doutorados bolseiros. O emprego científico em Portugal nos anos 2010 caracteriza-se predominantemente por vínculos laborais precários, como as bolsas de investigação, que não garantem condições de trabalho estáveis e dignas aos investigadores doutorados. Tal situação, como referido no enquadramento teórico, conduz não apenas ao desgaste profissional e à desmotivação, mas pode também comprometer a continuidade e qualidade da produção científica ameaçando, a longo prazo, a competitividade do sistema científico português.

O mecanismo central desta intervenção, proposto pelo Decreto-lei 57/2016, artigo 23.º, assenta na formalização da contratação de doutorados, substituindo gradualmente as bolsas de investigação por contratos de trabalho, quer em regime de direito público, quer em regime de direito privado, consoante a natureza jurídica da entidade empregadora – veja-se que existem centros de investigação de direito público, como o ICS, e de direito privado, como o SOCIUS-ISEG, ambos integrados na Universidade de Lisboa.

Esta intervenção pública visa promover, segunda os princípios do diploma, condições laborais estáveis e equiparáveis às práticas europeias, por meio da implementação da Tabela Remuneratória Única (TRU).

O sucesso da medida depende, contudo, de um pressuposto crítico relacionado com o modelo de financiamento, que se desenvolve em duas fases. Na primeira fase os contratos, com duração máxima de 6 anos, são financiados por verbas atribuídas pela FCT.

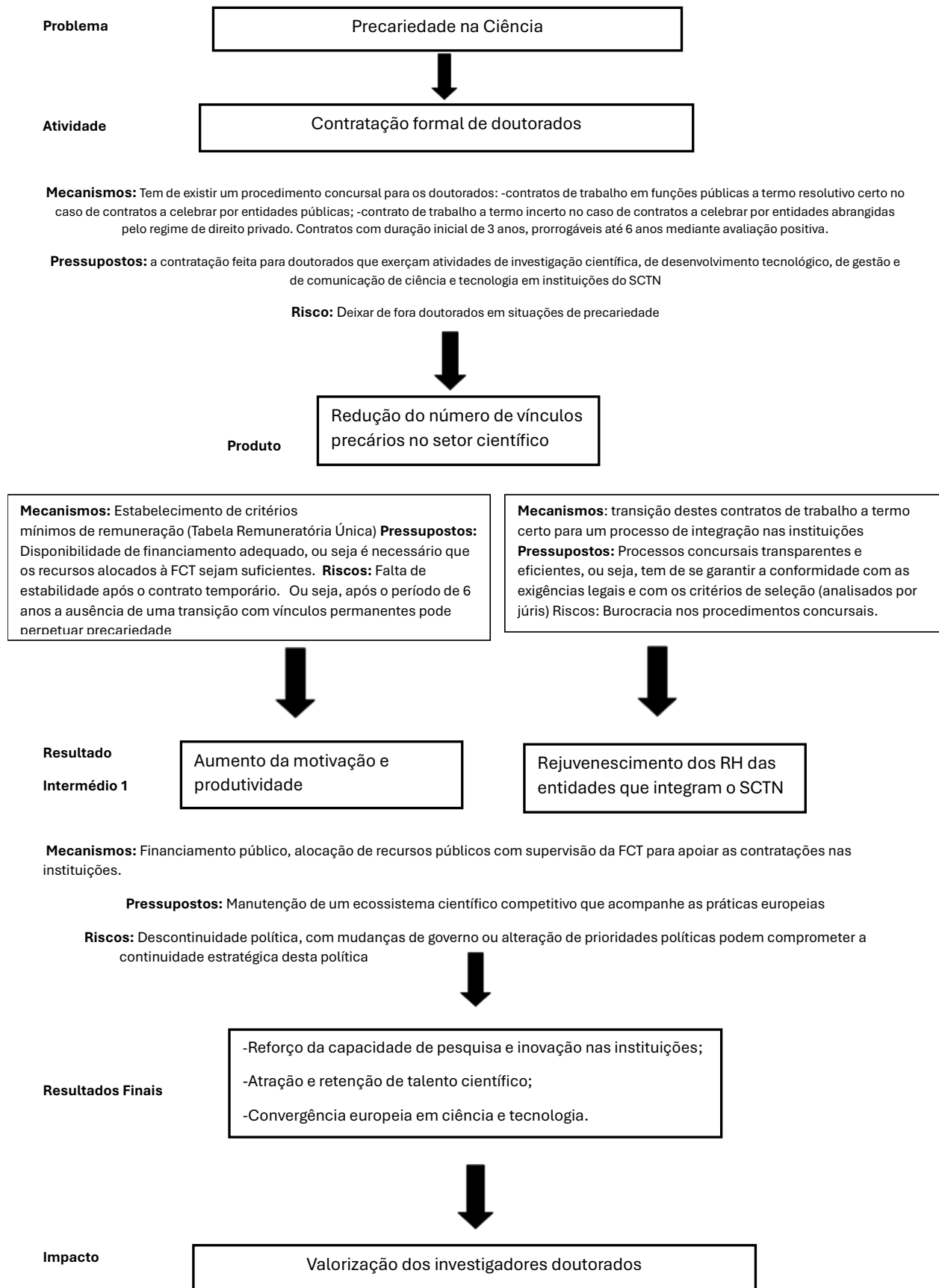
Na segunda fase, a responsabilidade financeira é transferida para as instituições de acolhimento, que deverão integrar os investigadores nos seus quadros de pessoal e nos respetivos orçamentos.

A transição destes contratos a termo para vínculos permanentes requer, adicionalmente, abertura de processos concursais, de acordo com os critérios legais e académicos de seleção aplicáveis a este tipo de contratação. A concretização desta política prevê, segundo o Decreto-Lei 57/2016, a obtenção de efeitos intermédios, nomeadamente a redução substancial dos vínculos precários no setor, o aumento da motivação e da produtividade dos investigadores, bem como o rejuvenescimento dos recursos humanos das instituições do SCTN. Em suma, aplicando a teoria da mudança, a Norma

Transitória é interpretada como um instrumento de valorização profissional dos investigadores doutorados e de consolidação do capital humano qualificado a nível nacional. A *Figura 4* seguinte apresenta esquematicamente esta abordagem¹³.

¹³ A presente *Figura 4* foi realizada no âmbito do trabalho intitulado *Decreto de Lei 57/2016: Norma Transitória* no âmbito de uma UC de Mestrado “Formulação de Políticas Públicas e Design Thinking” no ano letivo 2024/2025 por Carolina Milheiro

Figura 4: Teoria da Mudança da Norma Transitória



Fonte: Elaboração própria

3.2. Descrição do Processo Político

O contexto político da época era marcado pela saída de um período de austeridade protagonizado pelo governo do Partido Social-Democrata (PSD) e a intervenção da Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia). Nas eleições de 2015, apesar de o PSD ter sido o partido mais votado, formou-se uma maioria parlamentar à esquerda que permitiu a indigitação de António Costa como primeiro-ministro. Assim, estabeleceu-se uma aliança parlamentar entre BE e PCP/Partido Ecologista os Verdes (PEV) – celebrando-se acordos entre estes partidos e o PS, ficando esta conhecida por “geringonça” (Grosso, 2015).

A situação do ensino superior e da ciência, entretanto, encontrava-se marcada pelos efeitos da crise económica, com cortes orçamentais significativos (Baumgarten, 2013). Nessa altura a investigação no SCTN era predominantemente assegurada através de bolsas de investigação de doutoramento e pós-doutoramento financiadas pela FCT. Em 2013, foram atribuídas 298 bolsas de doutoramento e 233 de pós-doutoramento, números que contrastam com as candidaturas recebidas: 3.416 e 2.305, respetivamente (Ferreira, 2014). Apesar de o Estatuto do Bolseiro de Investigação¹⁴ ter introduzido alguns direitos sociais como: prever o pagamento do Seguro Social Voluntário (SSV) pelas instituições financiadoras (por reembolso e apenas no valor correspondente ao 1º escalão e não ao valor auferido), a licença parental e por doença, e o período de férias — estes estavam longe de corresponder aos direitos de um contrato de trabalho já que não garantia os subsídios de desemprego, Natal e férias, ou a indemnização por cessação do contrato.

Neste contexto, começa a emergir uma insatisfação com as condições laborais e com a ausência de carreira para os investigadores, originando movimentos reivindicativos (Manifesto74, 2014)

Simultaneamente, o governo era pressionado pelos partidos à esquerda para encontrar soluções para a precariedade em diversos setores (Baumgarten, 2013). Criou-se, assim, a «estrutura de oportunidade política» (Kriesi, 1991), que foi reconhecida por diferentes atores: partidos à esquerda, associações e sindicatos, como veremos.

É nesse sentido que o então Ministro do Ensino Superior e da Ciência, Manuel Heitor, afirma querer recuperar a confiança dos cientistas, reconhecendo a precariedade laboral de docentes universitários e investigadores como “um desafio” que “tem de ser resolvido com as instituições, com o Governo” (Lusa, 2015)

¹⁴ Cf. Portugal. (1999) *Decreto-Lei n.º 123/99, de 20 de abril*. Diário da República, I Série-A, n.º 92, pp. 1942–1946.

Surge, assim, o Decreto-Lei 57/2016, conhecido como Norma Transitória, publicado a 29 de agosto de 2016- ver *Anexo K* sobre a cronologia do DL57 até à Lei 57/2017; e ver *Anexo B* com o artigo 23º da Lei 57/2017. O diploma entrou imediatamente em vigor, mas ficou sujeito a apreciação parlamentar após a apresentação de projetos de lei de alteração por parte do BE e do PCP. Apesar de ser considerado um passo insuficiente, representou uma mudança de paradigma ao converter bolsas em contratos, ou seja, ao reconhecer formalmente os investigadores enquanto profissionais. As críticas formuladas tanto pelo BE como pelo PCP, centram-se, segundo as próprias declarações de apreciação desses partidos, na percepção de que o Decreto-Lei poderia traduzir-se numa substituição das bolsas de investigação por novas formas de precariedade laboral, na medida em que o diploma previa contratos a termo certo, sem assegurar um horizonte de carreira profissional estável.

Relativamente ao artigo 23.º, o Bloco defendia, de acordo com a documentação produzida pelo grupo parlamentar¹⁵, que até ao final de 2017 as instituições de ensino superior e de investigação deveriam contratar *“todos os bolseiros que manifestassem vontade nesse sentido”* e que tivessem celebrado contratos de bolsa ao abrigo do Estatuto de Bolseiro de investigação. Por sua vez, o PCP conforme os seus documentos de apreciação parlamentar, sustentava que as instituições deveriam proceder, até ao final de 2017, à *“abertura de procedimentos concursais para a contratação de doutorados (...) para o desempenho das funções realizadas por bolseiros doutorados que celebraram contratos de bolsa na sequência de concurso aberto ao abrigo do Estatuto do Bolseiro Investigação”*. A principal preocupação partilhada por ambos os partidos consistia em garantir que todos os bolseiros doutorados, independentemente do número ou tipologia de bolsas detidas, fossem abrangidos pela Norma e pela consequente obrigação das suas instituições pela sua contratação.

Também as organizações representativas dos investigadores sublinharam limitações de carácter estrutural ao decreto-lei, nomeadamente, a abrangência limitada a um número reduzido de investigadores e que violava o princípio da equidade e a exclusão de bolsas que não são diretamente financiadas pela FCT.

A apreciação parlamentar ocorreu em 2017, coincidindo com o arranque do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Este programa visava regularizar carreiras gerais na administração pública, corrigindo situações de falsos recibos verdes, contratos a termo sucessivos ou outros vínculos precários em funções de carácter permanente.

No âmbito do levantamento realizado pelo PREVPAP, foram identificados 11 180 contratos temporários no setor da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o que o destacou como o setor mais afetado pela

¹⁵ Documento relativo à apreciação parlamentar nº23/XIII dos partidos políticos BE e PCP

precariedade. Em diversos centros de investigação, verificou-se que a maioria dos investigadores doutorados não integrava qualquer carreira pública, o que evidenciava uma dependência estrutural de vínculos precários para o funcionamento do SCTN (Ministério das Finanças, 2017). Apesar de as entidades empregadoras reconhecerem essa dependência estrutural de trabalho precário para a manutenção da atividade científica e de docência, muitas remeteram a situação dos investigadores doutorados e docentes para o enquadramento previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, que já se encontrava em vigor.

Contudo, a implementação efetiva desse diploma encontrou fortes resistências institucionais. Um exemplo disso foi relatado pela Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutoramento da Universidade do Algarve¹⁶, que denunciou que, embora tivessem sido iniciadas todas as diligências para a abertura dos concursos previstos, estes nunca chegaram a concretizar-se. Tais situações contribuíram para aprofundar o sentimento de injustiça e frustração entre os investigadores e agravando a perceção de desigualdade no acesso a carreiras estáveis no sistema.

¹⁶Cf. <https://www.sulinformacao.pt/2018/05/lei-e-para-cumprir-exigem-bolseiros-e-docentes-da-universidade-do-algarve/>

3.3. Apresentação dos resultados das entrevistas

Nesta secção centramo-nos na apresentação dos resultados do trabalho qualitativo, que consistiu na realização de entrevistas semi-diretivas a representantes, dos movimentos sociais e dos sindicatos representativos dos investigadores científicos; dos principais partidos envolvidos na decisão política e que foram objeto da ação de influência daqueles movimentos sociais e sindicais.

Mapeamento das organizações representativas de investigadores

No que diz respeito às associações representativas de investigadores (rever, *Tabela 1* da “Metodologia”), foram incluídas entrevistas a dirigentes e membros da Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT), Rede de Investigadores Contra a Precaridade Científica (denominada Rede) e, da Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutoramento da Universidade do Algarve. Importa destacar que, no caso da ABIC, foram realizadas duas entrevistas, uma delas à presidente da direção em funções à data e a um membro da delegação do Porto. Enquanto à ANICT, a entrevista foi à presidente da direção à data. Relativamente à Rede de Investigadores, o entrevistado foi um dos fundadores do movimento em março de 2016 e estava à frente do mesmo à data.

Como já foi referido brevemente, no período da chamada «Geringonça», surgiram diversos grupos representativos de investigadores científicos, essencialmente de natureza informal. A Rede, por exemplo, formou-se no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), funcionando sobretudo através de email embora dispusesse também de um website. Rapidamente integrou outros elementos do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e da Universidade Nova de Lisboa, reunindo, sobretudo, trabalhadores científicos de instituições da cidade de Lisboa. Já a Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutorados de UAlgarve¹⁷ surge após a entrada em vigor do Decreto-Lei 57/2016, sendo caracterizada por uma estrutura informal e circunscrita ao universo desta Universidade.

¹⁷ Foram identificados diversos outros núcleos semelhantes, como se pode verificar no Anexo E. Foram enviados convites para a realização de entrevistas, contudo, não se obteve resposta em tempo útil. Considerando que a amostra já apresentava diversidade suficiente, optou-se por encerrar a recolha de dados neste ponto.

Em ações promovidas pelos sindicatos, SPGL-FENPROF e SNESUP, e associações já estabelecidas, como a ABIC, designadamente manifestações, estes grupos foram aparecendo, como atestam os cartazes (*Anexo D*).

Não sendo viável num curto espaço de tempo, aprofundar a informação recolhida de cada um, centramo-nos na análise da Rede de Investigadores Contra a Precariedade Científica e da Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutoramento da Universidade do Algarve, para além dos sindicatos do setor e das associações ABIC e ANICT

Por fim, no que refere a partidos políticos foram incluídos três representantes dos partidos que, naquele momento, integravam a aliança governativa, “*Geringonça*”, e a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência: O coordenador dos deputados do Partido Socialista (PS), a assessora do Partido Comunista Português (PCP) e um deputado do Bloco de Esquerda (BE)

Mobilização, Reportório de Ação e Cooperação entre Organizações

O processo de organização coletiva e reivindicação pública dos investigadores em torno da defesa do emprego científico parece ter-se desenvolvido de forma gradual, acompanhando a construção de uma consciência coletiva sobre o “trabalhador científico”. Os entrevistados reconhecem que esta consciência era, no início, pouco enraizada o que dificultava a mobilização:

“(…) e que existe uma grande dificuldade em mobilizá-los [os investigadores] (...), não tem comparação, por exemplo, com os professores do básico e secundário (...). São para cima de 100 mil e isso fazer um ajuntamento deles é uma coisa relativamente fácil. Agora, nestes investigadores, não é muito fácil mobilizá-los para fazer iniciativas que chamem muito a atenção”.

Representante SPGL-FENPROF

“(…) não imaginei que conseguíssemos criar laços de solidariedade e de amizade, em alguns casos, tão profundos como aqueles que foram criados. (...) Esta luta não plenamente vitoriosa (...), permitiu-nos ter uma coisa que não se tinha até à altura, que foi uma consciência coletiva daquilo que era a importância do nosso trabalho”.

Representante Plataforma

Com o tempo, começaram a surgir expressões de solidariedade coletiva, visíveis nas primeiras manifestações de investigadores realizadas a nível nacional, assim como em alguns textos de opinião assinados coletivamente. Estas ações, apesar de pontuais, foram fundamentais para o reconhecimento das condições de trabalho partilhadas e para o fortalecimento de uma identidade comum:

“Na altura do Orçamento Geral do Estado fazíamos sempre manifestações nacionais, em que iam pessoas de vários pontos do país (...), eu acho que foram as primeiras que existiram de investigadores. Alguns, [riso] eu lembro que começou a chover, e eles começaram...[riso] nem sequer sabiam de uma manifestação, começaram a dispersar, [riso] porque muitas

peessoas nunca tinham estado numa manifestação sequer. E... foram as primeiras manifestações nesse intuito".

Representante ABIC 2

O sentimento de injustiça perante a aplicação da Norma Transitória na sua versão de 2016 e o que entenderam como ausência de “vontade política” para corrigir a precariedade laboral, foram vistas como uma motivação para a mobilização. Os representantes das associações de investigadores identificaram também nas instituições académicas, designadamente universidades e, em alguns casos, nos próprios centros de investigação, ou seja, nas entidades empregadoras (embora o financiamento seja da FCT), um papel de resistência importante à mudança:

“Havia um colega dele [Reitor], na Universidade de Lisboa, que dizia os cientistas, os investigadores, são como os limões. A gente espreme, espreme. Quando não tem mais nada é a dar, mandamo-los embora”.

Representante ANICT

“O Reitor do Minho, na altura, disse: «Não, nós, se abrimos concursos queremos ser nós a decidir quem é que vai entrar, não é agora um decreto (...) Temos que ser nós! Porque isto são posições para a vida! (...) porque vocês são dispensáveis”

Representante ABIC 2

A indignação face a estas atitudes e declarações reforçou a mobilização e conduziu à criação de núcleos de investigadores nas instituições de ensino superior, como a Plataforma de Bolseiros de Pós-Doutoramento da Universidade do Algarve e à formação da Rede de Investigadores, como referido.

A definição dos repertórios de ação resultou no que pode ser considerado um equilíbrio entre «estratégias confrontacionais», destinadas a exercer pressão política, como manifestações, redação de manifestos e textos de opinião, e «estratégias negociais», orientadas para o diálogo com os decisores políticos:

“Fizemos manifestações na rua, junto aos edifícios onde a reunião do CRUP estava a decorrer”.

Representante ABIC 1

“As manifestações, nos encontros de ciência, em que a Fundação para a Ciência e Tecnologia aparecia e apareciam também altas figuras do xadrez político português, nomeadamente o Presidente da República. Recordo-me de uma, em que o Presidente até se sentiu bastante incomodado porque teve um mar de gente atrás a reivindicar contratos de trabalho.”

Representante Plataforma

“Na altura nós tínhamos, essencialmente (na altura era o PS que era o Sr. Manuel Heitor que estava como ministro) e nós tínhamos reuniões regulares com ele... falávamos, tínhamos e-mail, tínhamos telemóvel, íamos sempre falando”

Representante ANICT

“O lobbying é essa capacidade de entender o que é que cada agente político quer, qual é a situação, e de saber exatamente trabalhar com os diferentes agentes políticos naquilo que são as suas agendas. E foi isso que o SNESUP fez”.

Representante SNESUP

Os sindicatos, enquanto organizações já estabelecidas e reconhecidas pelo governo, combinaram ações de protesto com contactos diretos como poder político. O SPGL-FENPROF, por exemplo, articulou manifestações públicas com reuniões com ministros:

"A única hipótese foi andarmos ali a fazer pressões terríveis. De vez em quando havia umas manifestações íamos ao primeiro-ministro, íamos ao ministro, portanto andámos sempre aí nessa pressão. (...) Isso tudo desenrolou-se em várias reuniões com o ministro, não é? Negociação entre o ministro e a FENPROF”.

Representante SPGL-FENPROF

O SNESup, por seu lado, adotou uma matriz mais negocial, tirando partido da sua formulação de propostas legislativas e do contacto com os vários quadrantes dos grupos parlamentares:

“O SNESUP era o único [a negociar diretamente] porque tinha uma enorme experiência de negociação com o ministro e com grupos parlamentares. Nós tínhamos uma tradição de escrever propostas de lei.”

Representante SNESUP

Apesar da cooperação pontual entre alguns destes protagonistas, os entrevistados referem igualmente formas de abordagem distintas como inerentes à orientação de cada sindicato:

“Ao contrário de outras organizações sindicais, que estão baseadas num modelo em que o sindicato trabalha na rua e depois há um partido que lê o sindicato e que transforma isso e operacionaliza em lei, o SNESUP tomava já em si a ideia de escrever as propostas de lei e de se apresentar com o trabalho já feito e com propostas já concretas na Assembleia da República (...) E depois, há, o papel da FENPROF e do SPGL era mais procurar cavalgar, surfar a onda, cavalgar a situação”.

Representante SNESUP

Entre as associações, observa-se uma maior diversidade e inovação nos reportórios de ação, articulando dimensões mediáticas, confrontacionais e negociais. A ABIC parece destacar-se pela mobilização pública e pela comunicação direta com os seus associados:

“Nós tivemos uma grande manifestação no decorrer de um encontro da ciência que foi na FIL [Feira Internacional de Lisboa] em Alcântara e estava cheio. Até o próprio ministro da ciência veio para a rua, queria falar ainda. Claro que não foi possível, mas teve o professor Marcelo Rebelo Sousa também, o Presidente da República também lá esteve”.

Representante ABIC 1

A ANICT, seguiu uma linha mais institucional, não estando presente nas manifestações de rua tanto quanto foi possível saber pela entrevista, centrada na negociação e na produção de conhecimento técnico, nomeadamente através da realização de inquéritos e pareceres que servissem de base aos diplomas parlamentares:

“[Um] inquérito com cerca de 5 mil participantes, da parte dos membros da ciência em Portugal. Acho que, para nós, foi a [iniciativa] mais impactante e foi aquela que realmente mostrou e conseguiu espelhar a vontade do que a comunidade científica queria.”

“A nossa base foi proactiva, sem manifestação, ou seja, manifestação de interesse. Nós encontrávamos o problema, tentávamos arranjar a solução. (...) Mas foi essa a nossa abordagem. Foi sempre não ir para a rua, não, isso não. Nunca foi a nossa abordagem.”

Representante ANICT

Do ponto de vista dos grupos informais, de um âmbito local, a Plataforma privilegiou a partilha de casos concretos numa intervenção de carácter também local, promovendo contactos com deputados regionais, mas mantendo também o diálogo alargado:

“(...) Nós tivemos reuniões com o grupo parlamentar, com os deputados da Assembleia da República pelo Círculo do Algarve, por exemplo. Tivemos também acesso informal a deputados do PCP, lembro-me, por exemplo, da deputada [nome], que nos ia pondo um pouco a par do processo de elaboração da Lei 57. E depois, enfim, também da parte dos sindicatos, nomeadamente da FENPROF e do SNESUP. E (...) [como a] Associação de Bolseiros de Investigação Científica também.”

Representante Plataforma

Por fim, a Rede conjugou uma estratégia negocial e mediática, recorrendo à elaboração de artigos de opinião e à cooperação com partidos políticos na formulação de propostas parlamentares:

"Até um que não chegou a sair como artigo de opinião, que foi mandado para todos os reitores, que era um documento nosso em resposta, da Rede, em resposta a um artigo de opinião do então reitor da Universidade de Coimbra, que era uma treta pegada, e que nós fizemos uma coisa, se não me engano, não sei os números (...)mas acho que era dez falácias e duas mentiras, que desmontava... aliás isso era muito a nossa forma de intervenção era... como normalmente do outro lado era conversa de chacha, crenças e princípios ideológicos de como é que a academia devia ser, e depois se inventavam problemas e se inventavam coisas... era desconstruir os pobres argumentos" .

Representante Rede

Em todo o caso, com histórias diversas, reportórios de ação distintos, grupos, associações e sindicatos convergiram várias vezes em mobilizações e cooperação conjuntas:

“Quando tinham vários organizadores, quando os sindicatos nos ajudavam, juntavam-se à ABIC, juntavam-se à Rede, e essas organizações trabalhavam em conjunto”.

Representante ABIC 2

“À posteriori, e com o que conheço hoje, mais inesperado para mim do que foi na altura na altura achei normalíssimo, muito colaborativo, e hoje apercebo-me que ultrapassou uma série de tendências autoprotetoras institucionais da parte de outros grupos envolvidos, designadamente os sindicatos. E ainda bem que foi assim.”,

Representante Rede

Contudo, a mobilização não envolveu todos nem sempre foi impactante, tendo as manifestações, por vezes, poucos participantes. Alguns entrevistados, por exemplo, manifestam críticas à ANICT, percebida como demasiado alinhada com uma lógica negocial, até comprometida ideologicamente e pouco receptiva a ações de protesto:

“Também tinha a ver com o próprio passado da ANICT, tinha assinado compromissos com o governo do PSD. Portanto, havia também aí questões partidárias e que levaram a muitas tensões, inclusive internas, da própria ANICT”.

Representante SNESUP

“Há uma que nunca participa nessas coisas e que sai sempre... que a proposta é sempre «Vamos lá ganhar menos para ver se ganhamos mais». A ANICT. Aquela coisa criada pelo governo na altura do PSD, é sempre aquela coisa que olha sempre para as situações em que estamos e não para o conjunto dos colegas (...)”.

Representante Rede

Estas diferenças mostram que a articulação entre os atores coletivos não era total e que não se devia apenas ao estilo de ação, mas também ao posicionamento ideológico. Contudo, a fragmentação da mobilização não se explicou apenas por fatores internos às organizações. Condições externas influenciaram também a capacidade de consolidação da ação coletiva.

Também a ação coletiva nas ruas não obteve apoio, não só por parte de todas as organizações representativas, como aparentemente da parte de um número importante de investigadores. Os profissionais de instituições académicas de outras regiões do país não parecem ter tido um papel saliente neste período. A mobilização enfrentou obstáculos significativos, como o receio de represálias institucionais, e a sub-representação das instituições do interior. Estes foram fatores que vários entrevistados atribuíram, para a uma ação pouco impactante:

“Regra geral, as instituições do interior estavam menos organizadas e tinham menos consciência do problema e das ações a levar a cabo para tornar visível o problema e as soluções”.

Representante Plataforma

“Os nossos associados da ANICT, na altura eu diria que 90%, se calhar mais, eram das ditas ciências biológicas, informáticas, engenharias. E das ciências sociais sempre houve muito pouco adesão à ANICT”.

Representante ANICT

Outro ator social relevante neste processo foram os reitores das instituições de ensino superior e as suas estruturas de representação, CRUP e CCISP, que exerceram pressão política junto do Presidente da República, para travar a promulgação do decreto-lei:

“ A gente [Rede de Investigadores Contra a Precariedade] só conseguimos descobrir ... que teve o risco do Marcelo não promulgar, e que estava a ser pressionado pelo lobby de reitores para isso. Coisa que, digamos, um sindicato nunca iria saber por inconfidências que o reitor aqui fez a um diretor que o diretor fez a alguém e a gente percebe... e a inconfidência não era que andava lá a chatear a cabeça ao Marcelo, basta um reitor gabar-se em frente de diretores de faculdades «Ah, mas tenham lá calma que a lei ainda não foi promulgada», eles percebem o que é que ele está a dizer (...). De vir repetir a alguém aqui que depois fala com os colegas. Todos sabemos porque é que o reitor, o maior opositor público da DL-57 diz aquilo naquele contexto, somos cientistas sociais mesmo se não fossemos, não somos parvos”.

Representante Rede

“Houve reações absolutamente inacreditáveis eu aliás até posso aqui denunciar uma situação que nunca fizemos publicamente, mas, por exemplo, no ISA o Instituto Superior de Agronomia como havia essa norma e eles em primeiro lugar começaram por dizer: «Não temos interesse estratégico, portanto, não abrimos concursos», mas mesmo assim pensaram assim «Será que depois não me vão mesmo obrigar a abrir concursos?» Qual é a solução? Então que... vou ter descobrimos a pólvora foi então: «Vamos impedir que eles [contratados da Norma] cheguem ao sexto ano. Portanto, se eles não chegarem ao sexto ano, eu não sou obrigado a abrir concursos». O concurso só é obrigatório ao fim do sexto”.

Representante SPGL-FENPROF

Durante este período, outras ações de influência foram adotadas em sentido contrário pelo que esse é um fator adicional para explicar a dificuldade de influência da ação coletiva dos diversos representantes dos investigadores. A atuação dos reitores mostra que os sindicatos e as associações atuaram como um contrapeso a lobbies institucionais.

Relação com os partidos políticos

Vários entrevistados destacam uma proximidade grande entre associações, sindicatos e partidos políticos, sobretudo no seio da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência:

"Nunca foi tão próxima [a relação] ... a circulação da informação foi muito maior do que é normalmente e, sobretudo, com quase todos, muito maior do que normalmente é possível. E isso facilita um bocado as coisas e foi importante, claro que foi importante".

Representante Rede

“Os grupos parlamentares também nos perguntavam, no meio da discussão, qual era o impacto daquilo passar ou não na vida de quem lá estava, e eu creio que foi um bom exercício até de democracia, porque, na verdade, quem estava a discutir aquele decreto tinha ali ao lado as pessoas que iam ser influenciadas pela aplicação desse decreto”.

Representante ABIC 1

Entre algumas das situações relatadas, encontra-se o de uma deputada do partido CDS confrontada com a situação precária de uma antiga docente:

“Foi também uma colega nossa bolseira, e entrámos (...) lá na Comissão Parlamentar. E a deputada do CDS vê a entrar a professora favorita dela do mestrado na [Católica Universidade] e depois ouve-se a dizer que é bolseira e aquilo caiu o mundo aos pés da deputada do CDS, que eu não me lembro o nome, mas que se tornou muito mais, muito mais sensível”.

Representante Rede

A proximidade entre representantes das organizações de investigadores e decisores políticos pode ser observada em alguns casos, por via de duplas pertenças associativas e partidárias. Por exemplo, a presidente da ABIC foi eurodeputada pelo PCP e o líder do SNESUP tornou-se deputado do PS na Madeira:

“A presidente da ABIC, na altura, entretanto, foi deputada europeia do PCP, por exemplo. Também há outros casos, o dirigente, eu não sei se é secretário-geral ou se é presidente, mas o líder da SNESUP, na altura, agora é deputado do PS na Madeira (...). O grau de ligação orgânica entre o PS e os sindicatos e as organizações representativas, tradicionalmente, e neste caso também, não é tão forte como no caso de outros partidos, especialmente à esquerda, que têm ligações mais estruturadas. O que eu não acho criticável, é um facto de vida”.

Representante Partido Socialista

“Tinha uma grande representação do Partido Comunista Português, a ABIC, em que, inclusivamente, há passagem de líderes da ABIC para deputados ou para eurodeputados e, portanto, para o Partido Comunista Português. E havia essa situação. E a mesma situação da FENPROF”.

Representante SNESUP

AVALIAÇÃO

Quando em entrevista, cerca de 10 anos depois, se pergunta que balanço fazem do caso, da ação coletiva e do que dela resultou, os nossos entrevistados não parecem chegar a uma conclusão simples:

“O sabor foi agridoce, porque nós conhecíamos e tínhamos estudado todas as propostas de alteração, ao pormenor e já sabíamos tanto da situação global (...) todos os problemas posteriores eram previsíveis e ficava também o sabor amargo no caso das instituições que não são de direito público, que é onde está a maioria dos investigadores precários, cerca de dois terços”.

Representante Rede

“É uma realização profissional. Foi tentar lutar por uma (...) quando depois estive doente tive direito à baixa, tenho direito... tenho direito a coisas que toda a gente tem pago IRS, o que as pessoas diziam que achavam que era mal. Acho muito bem que a gente pague IRS, porque nós temos contribuído e como temos contribuído também temos direitos, temos direito a subsídios de desemprego, temos direito a estar doentes e isso permite-nos ter uma segurança diferente e para mim foi muito bom”.

Representante ANICT

Os entrevistados revelam uma consciência quanto aos limites das conquistas legislativas, evidenciando a natureza ambivalente do processo: simultaneamente uma vitória política, por dar melhores condições aos investigadores e um fracasso estrutural, dado o carácter desigual da sua implementação.

As associações como os sindicatos convergem na conceção de que a Norma Transitória resultou de uma conquista da ação coletiva, embora apresentem interpretações distintas sobre as causas do seu maior ou menor sucesso. As associações enfatizam o incumprimento institucional por parte das reitorias das instituições de ensino superior e a insuficiência de financiamento enquanto os sindicatos sublinham a ausência de visão sobre as carreiras.

No campo partidário, o PS invoca os constrangimentos de governabilidade e a necessidade de equilíbrio político entre todos os *skateholders* como fatores condicionantes da implementação da política, já o BE e o PCP denunciam a institucionalização da precariedade através da Norma Transitória

Com efeito, os representantes políticos entrevistados parecem não estar completamente satisfeitos com o resultado deste processo:

“Partidos à esquerda, digo Bloco e PCP, porque o PS estava muito entalado neste debate. Por um lado, tinha um discurso genérico, como disse, do combate à precariedade, mas depois o setor não acreditava muito naquilo. Portanto, uma sinergia entre os partidos à esquerda, os sindicatos, pequenas organizações de bolseiros que foram começando a aparecer durante este período [à articulação política estabelecida no processo legislativo]”.

Representante Bloco de Esquerda

Todos os partidos reconhecem a influência da ação coletiva tanto dos sindicatos, como das associações e dos grupos informais no processo de formulação e alteração legislativa:

“a luta dos trabalhadores e a pressão que os trabalhadores possam ter, trabalhadores e organizações representativas possam ter no determinado processo, são de extrema importância. Portanto, sim, há influência”.

Representante PCP

“[As organizações representativas] tiveram muita [influência]. E, em específico, na alteração à lei. Porque não se tratava só de fazer barulho à porta do Parlamento (...), [o] processo foi muito rico. Porquê? Porque tanto a FENPROF, como a ABIC, como o SNESUP, como até o núcleo de bolseiros, como nos fizeram chegar centenas de casos pessoais, as suas próprias propostas de alteração à lei”.

Representante Bloco de Esquerda

“Sim, tiveram uma influência [organizações representativas], porque não havia uma maioria homogênea e porque eles sabiam que havia margem de manobra para colocar o PS em minoria se fosse preciso, como colocaram em algumas coisas, não em todas, mas como colocaram em algumas coisas. E nós também tínhamos consciência disso e, portanto, precisávamos de tentar negociar o possível para tentar encontrar soluções”.

Representante Partido Socialista

A convergência do discurso dos três partidos entrevistados parece mostrar o reconhecimento institucional da legitimidade da ação coletiva de pressão num Estado democrático.

CAPÍTULO 4

Discussão

A situação do ensino superior e da ciência no período de 2015-2016 foi marcada pelos efeitos da crise económica e da austeridade, com cortes orçamentais significativos. Nessa altura, a investigação no SCTN era predominantemente assegurada através de bolsas de investigação de doutoramento, de projetos e de pós-doutoramento financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Em 2013, foram atribuídas 298 bolsas de doutoramento e 233 de pós-doutoramento, segundo Ferreira (2014). Por contraste, o número de candidaturas recebidas foi de 3.416 candidaturas de doutoramento e 2.305 para pós-doutoramento (Ferreira, 2014). Apesar de o Estatuto do Bolseiro de Investigação¹⁸ ter introduzido alguns direitos sociais como: o pagamento do Seguro Social Voluntário pelas instituições financiadoras, a licença parental e por doença, e o período de férias, estes ficavam longe de corresponder aos direitos de um contrato de trabalho, já que não garantia uma proteção social alargada, como vimos. A proteção social devida a qualquer trabalhador dependente.

É neste contexto que surge um movimento crescente de insatisfação, de resto comum a diversos setores, em resultado desta política de emprego assente num modelo de bolsas, sem perspetivas claras de integração na carreira e com condições laborais precárias. O ensino superior português, estruturado em torno de uma lógica de “economia do conhecimento”, até à publicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, tratava os investigadores pós-doutorados como estudantes em formação e não como profissionais contratados, conforme nos disseram alguns destes investigadores. Todavia, exigia-se-lhes a produção científica altamente qualificada, promovendo uma lógica de maximização dos *outputs* científicos com vista ao aumento do impacto institucional (Archer, 2008; Ball, 2015; Haro, 2017; Kerr, 2022; Ferreira, 2023b).

Este desfasamento contribuiu para a emergência de um problema público, no sentido definido por Kingdon (2014), uma condição até então normalizada, a das bolsas de pós-doutoramento, passou a ser reinterpretada como um problema social que exigia intervenção pública. A legislatura de 2015, marcada por um governo minoritário do Partido Socialista com o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português, a chamada “*Geringonça*”, criou uma *janela de oportunidade política*. A nova correlação de forças, aliada a uma maior sensibilidade para as questões laborais e para a melhoria das condições de vida, aumentou a permeabilidade dos partidos políticos à pressão exercida pela ação coletiva dos investigadores.

¹⁸ Portugal. (1999) *Decreto-Lei n.º 123/99, de 20 de abril*. Diário da República, I Série-A, n.º 92, pp. 1942–1946.

Assim, a influência dos investigadores só foi possível por existir uma estrutura de oportunidade política que combinou, por um lado, um sistema político favorável e, por outro, um ambiente de mobilização e mediatismo na sociedade civil organizada (Kriesi, 1991).

A proximidade dos decisores políticos, reforçada pela descida do DL 57/2016 às comissões parlamentares, permitiu a comunicação entre investigadores e deputados, trazendo casos concretos para a agenda política. Um exemplo ilustrativo referido nas entrevistas, que retrata esta dimensão simbólica, é o da deputada do CDS, confrontada com o facto de uma antiga docente universitária, que via como referência na academia, se encontrar numa situação de precariedade enquanto bolsista de pós-doutoramento. Importa notar, contudo, que o grupo parlamentar do CDS não votou favoravelmente na votação da Lei n.º 57/2017, o que nos leva a poder dizer que este testemunho se fez sentir num plano simbólico do que efetivamente legislativo

Quando o Governo publicou o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, essa conjuntura de contestação foi estrategicamente aproveitada pelas organizações representativas dos investigadores, tanto pelos sindicatos como pelas associações formais e mesmo pelos grupos informais que vinham surgindo e aumentaram nesta altura. Nesse momento, a mobilização coletiva contribuiu para uma construção inédita de uma consciência coletiva, materializada nas primeiras manifestações públicas de investigadores, começando a surgir núcleos no seio próprias instituições académicas.

Na sequência da mobilização dos diversos tipos de organizações representativas e com o objetivo de reforçar a influência sobre as instituições políticas e sobre as universidades, a ação diversificou-se: de ações de rua, a ações mediáticas e institucionais. A diversidade dos reportórios de ação parece decorrer da pluralidade de organizações existentes, e que pode ter tido tradução numa fragmentação do campo de mobilização, dada a variedade de organizações com diferentes orientações estratégicas. Importa sublinhar que tanto os membros das organizações representativas dos investigadores, como os dos partidos políticos têm consciência das alianças e proximidades entre partidos, sindicatos e associações formais, sendo comum a comunicação e mesmo a circulação de membros entre estas esferas. Esta circulação pode ter contribuído para que, apesar da fragmentação, surgissem momentos de convergência considerados impactantes por todos os interlocutores neste processo.

Embora estes casos ilustrem relações entre membros de sindicatos, associações e partidos político, não há evidência suficiente para afirmar que estas ligações tenham influenciado diretamente a Norma. No entanto, a literatura indica que é comum que os indivíduos envolvidos em organizações representativas participem também na vida política em diferentes esferas, refletindo uma sobreposição, muitas vezes, de carreiras sindicais e políticas (Rego, 2010).

Apesar da capacidade de mobilização, esta foi limitada em número de participantes em determinados momentos se tivermos em consideração que nem todo o país esteve representado nos movimentos. Como refere o representante da Plataforma, existiram zonas do país sem organização, como foi o caso do interior. Vale a pena ainda realçar que este é um setor que promove a competitividade entre pares, e que os indivíduos envolvidos raramente fazem greve, uma vez que tal lhes pode acarretar eventuais represálias, o que constitui de acordo com os entrevistados um obstáculo à mobilização coletiva mais ampla.

Os dois principais sindicatos do setor, a SPGL-FENPROF e o SNESUP, apresentam intervenções distintas que decorrem de orientações sindicais diferenciadas (Hyman, 2001). O SPGL-FENPROF, enquanto sindicato de base ligada à Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP), posicionar-se-á entre os vértices da classe e da sociedade. Mantém um discurso de defesa dos trabalhadores enquanto coletivo de classe, associando simultaneamente a sua ação à defesa do serviço público, da ciência e do ensino superior. O SNESUP, por seu lado, não integra qualquer confederação. Assume-se, por isso, como independente e configura-se enquanto sindicato de profissão, que se posicionará entre vértices do mercado e da sociedade, privilegiando a negociação com os governos e as instituições. Foca-se nas questões relacionadas com carreiras e contratos, adotando uma lógica de valorização social da profissão científica e docente como elemento estratégico para o desenvolvimento nacional.

Verifica-se, contudo, uma diferença clara entre sindicatos e associações de investigadores, tanto no estilo de atuação como na legitimidade institucional. Por exemplo, o SPGL-FENPROF foi um sindicato reconhecido no decorrer do PREVPAP, ao contrário do SNESUP.

Num contexto de crise do sindicalismo, de um modo geral, a revitalização do movimento sindical tem sido apontada como dependendo também da sua capacidade de construir alianças com outros movimentos sociais. No presente estudo, contra expectativas de uma ação coletiva fragmentada, não cooperante e num setor «individualista», a cooperação entre sindicatos, associações formais e grupos informais revelou-se essencial para alcançar o objetivo comum: intenção de pôr fim à precariedade na ciência (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013; Ibsen e Tapia, 2017; Visser, 2019).

À luz da tipologia de Offe (1988), o caso da Norma Transitória ilustra o que o autor chamou de «êxito ambivalente» da ação coletiva no setor científico. Os resultados obtidos com as entrevistas e com a análise da Teoria da Mudança demonstram que o êxito desta ação ficou entre o «sucesso político» e «sucesso substantivo», ou seja, por um lado, conseguiu garantir o reconhecimento institucional das organizações representativas como interlocutores válidos na discussão da apreciação

do Decreto-Lei 57/2016 e, por outro, conseguiu a introdução de direitos laborais anteriormente negados.

As organizações representativas dos investigadores entrevistados parecem convergir na atribuição de um sucesso parcial ao processo que conduziu à Norma Transitória. Este êxito reflete, sobretudo, a capacidade de atores coletivos de convergirem, mesmo numa representação fragmentada em grupos, associações e sindicatos, e transformarem reivindicações comuns em compromissos institucionais. Com exceção da ANICT, que participou de forma limitada, esta convergência manifestou-se, sobretudo, na influência exercida sobre a agenda política, ainda que tal influência não tenha provocado alterações estruturais no SCTN.

Ao mesmo tempo, parece que este caso demonstra a ausência de um «êxito processual», na medida em que a Norma não transformou o SCTN, antes terá servido para temporariamente estabilizar a situação dos investigadores através de financiamento da FCT, funcionando mais como uma medida para remediar momentaneamente a situação que se vivia no setor.

As entrevistas salientam que as organizações representativas de investigadores desempenharam um papel determinante na definição do tema na agenda pública e parlamentar em torno do emprego científico. Contudo, a falta de mecanismos de execução institucional por parte das universidades limitou essa pressão. Assim, o processo de apreciação do Decreto-lei n.º 57/2016 e da posterior Lei n.º 57/2017 ilustra o poder simbólico da mobilização inédita do setor científico e, ao mesmo tempo, as fragilidades estruturais persistentes que o caracterizam.

A possibilidade de influência das organizações representativas foi favorecida pela conjuntura política de ausência de uma maioria absoluta do PS que foi interpretada pelas organizações representativas de investigadores como uma «janela de oportunidade política». Paralelamente, para os partidos à esquerda, nomeadamente o BE e o PCP, esse contexto configurou uma ocasião para pressionar o PS. Este, por sua vez, procurou gerir as exigências e tensões em jogo, adotando uma postura de equilíbrio que se traduziu, em vários momentos, num certo distanciamento face aos contactos diretos com as associações e sindicatos.

O «êxito político» manifesta-se pelo reconhecimento institucional dos novos atores da ação coletiva enquanto interlocutores válidos do Estado. O testemunho dos partidos políticos com acordo parlamentar à data da apreciação parlamentar do Decreto-Lei 57/2016 e da aprovação da Lei 57/2017 é claro ao reconhecer o papel de mobilização dos sindicatos, das associações e dos grupos informais. As mudanças legislativas introduzidas pela Norma Transitória, no sentido de conferirem mais proteção aos trabalhadores científicos, com o reconhecimento de alguns direitos laborais, foram importantes marcos no caminho da dignificação da profissão, mas não alteraram estruturalmente as condições da

inserção profissional nem a questão do subfinanciamento da ciência, para muitos fulcral. A limitação da sua implementação, sobretudo nas instituições regidas pelo direito privado, bem como falta de visão estratégica dos governos (como indicam BE e PCP), desde 2016, levaram à persistente institucionalização da precariedade na academia (Lima, 2018; Ferreira, 2021, 2023a).

Esta questão torna-se evidente quando se confrontam os dados provenientes das entrevistas e a aplicação da Teoria da Mudança ao estudo de caso da *Norma Transitória*. Pode-se afirmar que a norma se revelou insuficiente por não assegurar o pressuposto do financiamento por parte das instituições. Após o período de 6 anos de contratação a termo dos investigadores financiados via FCT, as instituições de acolhimento deveriam avançar com a fase seguinte da política, na qual seriam obrigadas a integrar os investigadores nos seus quadros permanentes, concretizando, assim, a “transição” que dá nome à própria política. Importa, contudo, salientar que as instituições de ensino superior e de investigação não beneficiaram de um aumento orçamental através do Orçamento de Estado, tratando-se de um setor estruturalmente subfinanciado. Tal circunstância suscita dúvidas quando ao grau de comprometimento e à viabilidade da política, tal como idealmente foi desenhada (Rodrigues, 2025).

Apesar da mobilização em torno da *Norma Transitória* ter desempenhado um papel fundamental, para a unidade das organizações representativas de investigadores sem a qual a sua ação coletiva não seria eficaz (Offe, 1988), e para a abertura de canais de comunicação com o poder político, através de audições parlamentares, negociações entre deputados e organizações, este momento não configurou um «sucesso processual». O envolvimento dos atores de ação coletiva na decisão política esteve circunscrito ao contexto político vivido no período da *Geringonça*, mas poderá porventura servir de precedente.

Conclusões

O presente estudo procurou compreender de que forma a ação coletiva dos investigadores, designadamente das suas organizações representativas- formais e informais- influenciou a configuração da política de emprego científico em Portugal. Para tal, foi analisado o caso do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com especial atenção à denominada Norma Transitória (artigo 23.º).

Resumidamente este artigo visava transformar as bolsas de doutorados em contratos de trabalho. A análise deste processo permitiu demonstrar como a precariedade científica se transformou numa questão pública, envolvendo múltiplos *stakeholders* com ações diversas, mas com interesse convergente que permitiu superar a sua fragmentação.

Desta investigação emergem três conclusões principais. Primeiro, confirmou-se que a conjuntura política de 2015-2016, marcada pelo governo minoritário do Partido Socialista e com apoio das forças à esquerda, abriu uma janela de oportunidades políticas (Kingdon, 2014) que permitiu a influência efetiva da mobilização da sociedade civil sobre o processo político. Em segundo lugar, constatou-se que a ação coletiva dos investigadores, apesar de fragmentada, convergiu materializando-se numa liderança repartida entre sindicatos e associações formais, com o apoio ainda de grupos informais. Tal foi determinante para o impacto destes *stakeholders* enquanto interlocutores legítimos dos partidos políticos. Por último, os resultados desta investigação demonstraram que a política adotada para resolução do problema dos doutorados precários foi equívoca, ficando aquém do que prometia. Por um lado, a influência de movimentos sociais e sindicatos constituiu um sucesso político e simbólico, ao introduzir direitos sociais até então ausentes na realidade dos bolseiros de pós-doutoramento a partir do momento em que passaram a usufruir de um contrato de trabalho (como é o caso de férias pagas, subsídios de férias e Natal, licença de parentalidade, proteção contra o desemprego e doença). Por outro lado, este avanço simbólico não se traduziu numa transformação estrutural do sistema, ou seja, não resolveu de vez o problema social sinalizado. A estabilidade contratual não foi garantida e muitos dos investigadores abrangidos por estes contratos encontram-se, passados dez anos, novamente confrontados com a ausência de perspetivas de estabilidade e integração na carreira. A precariedade manter-se-á porventura como traço endémico ao Sistema Científico Tecnológico Nacional (SCTN).

Tratando-se de um estudo de caso exploratório, as limitações são várias. Destaque-se o facto de a análise ser conduzida numa fase final do processo de implementação da Norma, o que poderá ter condicionado a perspetiva dos entrevistados, conferindo-lhe uma visão mais crítica ou pessimista sobre o processo do que teriam se tivessem sido entrevistados há alguns anos. Adicionalmente, cumpre referir que, após a intervenção pública considerada, foram introduzidas novas políticas no setor, nomeadamente, aquelas implementadas durante o mandato da Ministra Elvira Fortunato, as quais

alteraram o contexto de referência e não foram tidas em consideração, mas podem ter contribuído para diluir o enfoque no caso específico da Norma Transitória. O estudo centrou-se exclusivamente no artigo 23.º do Decreto-lei n.º 57/2016, não abrangendo a totalidade do diploma legal, quando a mobilização dificilmente diferenciava os vários tipos de precariedade científica (os contratados a termo são também numerosos, sucedendo-se concursos a termo como visto no capítulo das Políticas Públicas).

Em qualquer caso, este estudo deixa pistas para investigações futuras. Considera-se pertinente, por exemplo, aprofundar a análise das relações entre os sindicatos e os novos movimentos sociais no setor científico, explorando de que modo estas organizações representativas se coordenam e podem estabelecer alianças de cooperação duráveis. Tal abordagem permitiria compreender com maior detalhe as dinâmicas de representação coletiva, sobretudo, em setores caracterizados por baixas taxas de sindicalização, como é o caso do setor académico, e suscitaria reflexões acerca de formas emergentes de mobilização profissional.

Em segundo lugar, esta investigação abre igualmente caminhos para uma avaliação mais estrita da política pública. Nesse sentido, seria de particular interesse a realização, por exemplo, de uma análise contrafactual, que permitisse avaliar os efeitos concretos da Norma Transitória, comparando os percursos dos investigadores abrangidos pela medida com os daqueles que dela ficaram excluídos. Do mesmo modo, seria importante proceder a uma avaliação da política genericamente, não no curto termo, de passagem de bolsas a contratos, mas de criação de condições para uma integração nos quadros de profissionais muito qualificados e muito experientes.

Importa notar que o processo legislativo que levou à aprovação da Norma transitória antecedeu e, de alguma maneira, antecipou debates que viriam a consolidar o processo do PREVPAP. Embora a presente investigação não tenha analisado este segundo processo, alguns elementos recolhidos durante o trabalho de campo podem sugerir que o debate sobre o combate à precariedade na ciência não se cingiu à Norma, mas integrou uma discussão mais ampla. Nesse contexto, a legitimidade para representar os investigadores perante o governo foi assumida, particularmente, pelo SPGL, ao contrário do SNESUP, apontando diferenças de enquadramento institucional.

Em síntese, realçamos que os resultados deste estudo demonstram que as mobilizações coletivas no setor científico português foram capazes de produzir mudanças na política pública em causa e levando ainda ao surgimento de novos atores no espaço público, como são os núcleos de investigadores que emergiram deste processo legislativo

Fontes

- Assembleia da República (s.d.) *Apreciação Parlamentar 25/XIII/2*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/>
- Ferreira, N. (2014) “Corte nas bolsas de doutoramento da FCT foi brutal,” *Público*, 16 de janeiro. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/01/15/ciencia/noticia/corte-nas-bolsas-de-doutoramento-e-posdoutoramento-da-fct-foi-brutal-1619823> [Consultado em: 25 de outubro de 2025].
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2017) *FCT – 20 anos: Ciência, Tecnologia e Sociedade (1997–2017)*. Lisboa: FCT.
- Grosso, M. (2015) “Paulo Portas: ‘Não venham depois pedir socorro,’” *TSF*, 10 de novembro. Disponível em: <https://rr.pt/noticia/politica/2015/11/10/paulo-portas-nao-venham-depois-pedir-socorro/39064/>.
- Lusa (2015) “Novo ministro quer recuperar confiança dos cientistas,” *Público*, 26 de novembro. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/11/26/ciencia/noticia/novo-ministro-quer-recuperar-confianca-dos-cientistas-1715650> [Consultado em: 25 de outubro de 2025].
- Manifesto74 (2014) *A luta dos bolseiros e da comunidade*. Disponível em: <https://arquivo.pt/wayback/20150830095952/http://manifesto74.blogspot.pt/2014/01/a-luta-dos-bolseiros-e-da-comunidade.htm>.
- Ministério das Finanças (2017) *Relatório Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública*. Disponível em: <https://www.dgaep.gov.pt/stap/content/files/20170203-mf-rel-contratacao-ap.pdf> (Consultado em: 10 de agosto de 2025).
- Peixinho, N. (2020) *Porque todos os investigadores, contratados ou bolseiros, e docentes têm de ir à Manifestação “Contra a Precariedade na Ciência de 23 de outubro.”* Coimbra.
- Portugal (1999) *Decreto-Lei n.º 123/99, de 20 de abril*. Diário da República, I Série-A, n.º 92, pp. 1942–1946.
- Portugal (2016) Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016, de 3 de junho. Diário da República, 1.ª série, n.º 107 (3 de junho de 2016).
- Presidência da República. *Decreto do Presidente da República n.º 22/2016 de 3 de junho*. Diário da República, 1.ª série, n.º 107 (3 de junho de 2016).
- República portuguesa (2016) *Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto*. Diário da República, 1.ª série, n.º 165. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. (2013) *How Academia Resembles a Drug Gang*. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2407748>.
- Alcalde-González, V., Gálvez-Mozo, A. and Valenzuela-Bustos, A. (2024) "Social movement unionism in Spain's feminized precarious service sector: Criticism, cooperation and competition," *British Journal of Industrial Relations*, 62(1), pp. 154–173. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjir.12742>.
- Araújo, J.F.F.E. de (2007) "A Implementação da Gestão Orientada para os Resultados em Portugal: a experiência recente," in *Atas do Congresso sobre Reforma e Gestão Pública*. Braga: Universidade do Minho.
- Archer, L. (2008) "The new neoliberal subjects? Young/er academics' constructions of professional identity," *Journal of Education Policy*, 23(3), pp. 265–285. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680930701754047>.
- Ball, S.J. (2003) "The teacher's soul and the terrors of performativity," *Journal of Education Policy*, 18(2), pp. 215–228. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0268093022000043065>.
- Ball, S.J. (2015) "Living the Neo-liberal University," *European Journal of Education*, 50(3), pp. 258–261. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12132>.
- Barata, A. and Carmo, R.M. Do (2015) *O Futuro nas Mãos. De Regresso à Política Do Bem Comum*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Baumgarten, B. (2013) "Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011," *Current Sociology*, 61(4), pp. 457–473. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392113479745>.
- Beck, U. (2015) *Sociedade de Risco Mundial: Em Busca da Segurança Perdida*. Edições 70.
- Birkland, T. (2016) *An Introduction to the Policy Process*. 3rd ed. Oxon: Routledge.
- Bourdieu, P. (1998) "Job Insecurity is Everywhere Now," in R. Nice (tran.) *Acts of Resistance: Against the New Myths of our Time*. Policy Press, pp. 81–88.
- Burton, S. and Bowman, B. (2022) "The academic precariat: understanding life and labour in the neoliberal academy," *British Journal of Sociology of Education*, 43(4), pp. 497–512. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01425692.2022.2076387>.
- Butler, J. (2004) "Precarious Life," in *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. Verso.
- Cairney, P. (2012) *Understanding Public Policy: Theories and Issues*. London: Bloomsbury Academic.
- Cairney, P. and Zahariadis, N. (2016) "Multiple streams approach: a flexible metaphor presents an opportunity to operationalize agenda setting processes," in *Handbook of public policy agenda setting*. Edward Elgar Publishing, pp. 87–105.
- Capella, A.C. (2018) *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
- Caprile, M. et al. (2018) *Mapping varieties of industrial relations: Eurofound's analytical framework applied*. Publications Office of the European Union.
- Diogo, F. (2013) "Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI," *Forum Sociológico*, 20, pp. 29–38. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.90>.
- Dye, T.R. (2017) *Understanding public policy*. 15th ed. Pearson.
- Ferreira, A. (2021) *Trajetórias laborais nas instituições de ensino superior e ciência: excelência e precariedade*. Disponível em: www.fenprof.pt.
- Ferreira, A. (2023a) *Nós Somos os Rankings! Precariedade, reflexividade e ação social na academia neoliberalizada*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, A. (2023b) "The precarious academics and the others: successively legitimising an exceptional regime," *Análise Social*, 58(249), pp. 806–823. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/as00032573.2023249.09>.
- Ferreira, A. (2024) "Precariedade incorporada: marcas da 'excelência científica' entre investigadores precarizados," in *Tecnociência e Sociedade: Sociologia do conhecimento, ciência e tecnologia em Portugal*. ICS, pp. 95–123.

- Freire, J., Rego, R. and Rodrigues, C. (2014) *Sociologia do Trabalho: Um aprofundamento*. Biblioteca das Ciências Sociais / Sociologia, Epistemologia.
- Gago, J.M. (1990) *Manifesto para a Ciência em Portugal: ensaio*. 1.a ed. Lisboa: Gradiva.
- Gomes, J.F. (2023) *Ensino Superior e Desenvolvimento*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gumbrell-McCormick, R. and Hyman, R. (2013) "Trade Unions in Western Europe: Hard Times, Hard Choices," *Global Labour Column* [Preprint]. Disponível em: <http://column.global-labour-university.org/>.
- Haro, F.A. de (2017) "O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas," *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (113), pp. 83–106. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6659>.
- Heitor, M., Horta, H. and Mendonça, J. (2014) "Developing human capital and research capacity: Science policies promoting brain gain," *Technological Forecasting and Social Change*, 82(1), pp. 6–22. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.07.008>.
- Hyman, R. (2001) *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class & Society*. Londres: Sage.
- Hyman, R. (2007) "How can trade unions act strategically?" *Transfer: European Review of Labour and Research*, 13(2), pp. 193–210.
- Ibsen, C.L. and Tapia, M. (2017) "Trade union revitalisation: Where are we now? Where to next?" *Journal of Industrial Relations*, 59(2), pp. 170–191. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022185616677558>.
- Jagers, S.C., Matti, S. and Nordblom, K. (2020) "The evolution of public policy attitudes: Comparing the mechanisms of policy support across the stages of a policy cycle," *Journal of Public Policy*, 40(3), pp. 428–448. Available at: <https://doi.org/10.1017/S0143814X19000023>.
- Kerr, P. (2022) "Career development or career delay? Postdoctoral fellowships and the de-professionalizing of academic work in South African universities," *British Journal of Sociology of Education*, 43(4), pp. 550–565. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01425692.2022.2045902>.
- Kingdon, J. (2014) *Agendas, Alternatives and Public Policies*. 2o. Pearson Education Limited.
- Knoepfel, Peter. et al. (2007) *Public Policy Analysis*. Cambridge University Press.
- Kriesi, H. (1991) *The Political Opportunity Structure of New Social Movements: Its Impact on Their Mobilization*. Berlin, Alemanha.
- Lima, L.C. (2018) "Privatização Lato Sensu e Impregnação Empresarial na Gestão da Educação Pública," *Círculos sem Fronteiras*, 18(1), pp. 129–144. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.
- Matias, A.R. and Carmo, R.M. do (2019) *Retratos da Precariedade. Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Mazzucato, M. (2013) "Chapter 2: Technology, Innovation and Growth," in *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector*. London: Anthem Press.
- Millar, K.M. (2017) "Toward a critical politics of precarity," *Sociology Compass*, 11(6). Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.12483>.
- Mineiro, J. (2022) *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior: A Lei e a Prática (2007-2022)*.
- OECD (2021) *Reducing the Precarity of Academic Research Careers*.
- Offe, C. (1988) *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Sistema.
- Offe, C. (1989) *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- Offe, C. and Wiesensthal, H. (1980) "TWO LOGICS OF COLLECTIVE ACTION: THEORETICAL NOTES ON SOCIAL CLASS AND ORGANIZATIONAL FORM-*, " *Political Power and Social Theory*, 1, pp. 67–115.
- Pais, I., Pérez de Guzmán, S. and Inglesias-Onofrio, M. (2023) "Conclusion: contingent workers' voice in Southern Europe after Covid-19," in *Contingent Workers' Voice in Southern Europe: Collective Experiences of Protection and Representation*. Edward Elgar Publishing, p. 230. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781802205572>.
- Pérez-Zapata, O. et al. (2016) "Knowledge work intensification and self-management: the autonomy paradox," *Work organisation, labour & globalisation*, 10(2). Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/165269/worldwide-employees-engaged-work.aspx>.

- PlanAPP (2023) *Introdução à Teoria da Mudança: Ferramentas e Guias Metodológicos*. Disponível em: www.planapp.gov.pt.
- Porta, D. Della and Diani, M. (1998) *SOCIAL MOVEMENTS*. Blackwell Publishing.
- Quivy, R. and Campenhoudt, L. (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.a. Edited by G. Valente. Translated by J.M. Marques, M.A. Mendes, and M. Carvalho. Lisboa: Gradiva.
- Rao, N., Hosein, A. and Raaper, R. (2021) “Doctoral students navigating the borderlands of academic teaching in an era of precarity,” *Teaching in Higher Education*, 26(3), pp. 454–470. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13562517.2021.1892058>.
- Rego, R. (2010) *Dirigeants associatifs: engagement et professionnalisation*. Paris: L’Harmattan.
- Rego, R. and Costa, H.A. (2022) *The Representation of Workers in the Digital Era: Organizing a Heterogeneous Workforce*. Palgrave Macmillan.
- Rego, R., Nunes, C. and Pita, T. (2023) “Sindicatos da Polícia: Contributo para um novo sistema de aferição da representatividade,” in *Representatividade de Organizações Sindicais e de Empregadores em Portugal: Resultados do Projeto REP*. Edições Sílabo, pp. 15–39.
- Rodrigues, M. de L. (2025) *Investimento em Ciência*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, M.L. and Heitor, M. (2015) *40 anos de políticas de ciência e de ensino superior*. Coimbra: Almedina.
- Rozbicka, P. and Spohr, F. (2016) “Interest groups in multiple streams: specifying their involvement in the framework,” *Policy Sciences*, 49(1), pp. 55–69. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11077-015-9227-8>.
- Rusfiana, Y. and Kurniasih, D. (2024) “The Role of Civil Society Organizations in Promoting Social and Political Change in Indonesia,” *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, 11(3), pp. 187–207. Disponível em: <https://doi.org/10.29333/ejecs/2154>.
- Santos, J. and Matos, J. (2023) “Um trabalho de formiga: o sindicalismo no ensino superior em Portugal (1974-2022),” in A. Carmo (ed.) *Sindicalismo no Ensino Superior e na Investigação*. Outro Modo, pp. 19–45.
- Sennett, R. (2001) *A Corrosão do Carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Edited by F. Silva. Terramar.
- Sergeira, V. de J. (2023) *Precariedade no Emprego Científico*. 237. Lisboa.
- Spognardi, A. (2024) “Elementos para o debate sobre a política de formação e contratação de investigadores doutorados em Portugal,” in *Tecnociência e Sociedade: Sociologia do conhecimento, ciência e tecnologia em Portugal*. ICS, pp. 123–153.
- Standing, G. (2014) *O Precariado: A Nova Classe Perigosa*. Translated by C.B.A.M. Braga. Lisboa: Editorial Presença.
- Standing, G. (2018) *The Precariat: Today’s Transformative Class?*
- Tilly, C. (1978) *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.
- Vatansver, A. and Kölemen, A. (2020) “Reflections on Exile and Academic Precarity: Discussing At the Margins of Academia,” *European journal of Turkish studies*, 30. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ejts.6646>.
- Visser, P.J. (2019) *Sindicatos. Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT*. Disponível em: www.ilo.org/publns.
- Zajak, S. et al. (2018) “Talking about the same but different? Understanding social movement and trade union cooperation through social movement and industrial relations theories,” *Industrielle Beziehungen*, 25(2), pp. 166–187. Disponível em: <https://doi.org/10.3224/indbez.v25i2.03>.

Anexos

Anexo A: Artigo 23.º do Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto, designada Norma Transitória

Artigo 23.º

Norma transitória

1 — No prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, as instituições devem proceder à abertura de procedimentos concursais para a contratação de doutorados, ao abrigo do presente regime, para o desempenho das funções realizadas por bolseiros doutorados que celebraram contratos de bolsa na sequência de concurso aberto ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho, e que desempenham funções em instituições públicas há mais de três anos, seguidos ou interpolados, ou estejam a ser financiados por fundos públicos há mais de três anos, igualmente seguidos ou interpolados.

2 — Os procedimentos concursais são realizados pelas instituições em que os bolseiros desempenham funções.

3 — A remuneração a atribuir no âmbito das contratações previstas no presente artigo é a correspondente ao nível 28 da TRU.

4 — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, sempre que o contratado seja bolseiro doutorado financiado diretamente pela FCT, I. P., há mais de três anos, os encargos resultantes da respetiva contratação são suportados por esta, através de contrato a realizar com a instituição de acolhimento do bolseiro, a qual assume a posição de instituição contratante ao abrigo do presente decreto-lei.

Anexo B: Artigo 23.º da Lei 57/2017, 19 de julho, designada Norma Transitória

Artigo 23.º

Norma transitória

1 - As instituições procedem, até 31 de dezembro de 2017 e até 31 de agosto de 2018, à abertura de dois procedimentos concursais para a contratação de doutorados, ao abrigo do presente regime, para o desempenho das funções realizadas por bolseiros doutorados que celebraram contratos de bolsa na sequência de concurso aberto ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho, e que desempenham funções em instituições públicas há mais de três anos, seguidos ou interpolados, ou estejam a ser financiados por fundos públicos há mais de três anos, igualmente seguidos ou interpolados.

2 - Os procedimentos concursais são realizados pelas instituições em que os bolseiros desempenham funções.

3 - (Revogado.)

4 - Os encargos resultantes das contratações de doutorados previstas no n.º 1, para o desempenho de funções que estivessem a ser exercidas por bolseiros doutorados financiados direta ou indiretamente pela FCT, I. P., há mais de três anos, seguidos ou interpolados, são suportados por esta, na sua totalidade e até ao termo dos contratos e das suas renovações, através de contrato a realizar com a instituição de acolhimento do bolseiro ou investigador, a qual passa a instituição contratante ao abrigo do presente diploma.

5 - Se o contratado ao abrigo do n.º 1 não estiver nas condições referidas no n.º 4, após concurso em que tenha sido opositor um bolseiro doutorado financiado pela FCT, I. P., há mais de três anos, seguidos ou interpolados, esta assume os encargos da contratação durante o período referido no n.º 2 do artigo 6.º, deduzido do período de contrato remanescente do bolseiro preterido no concurso.

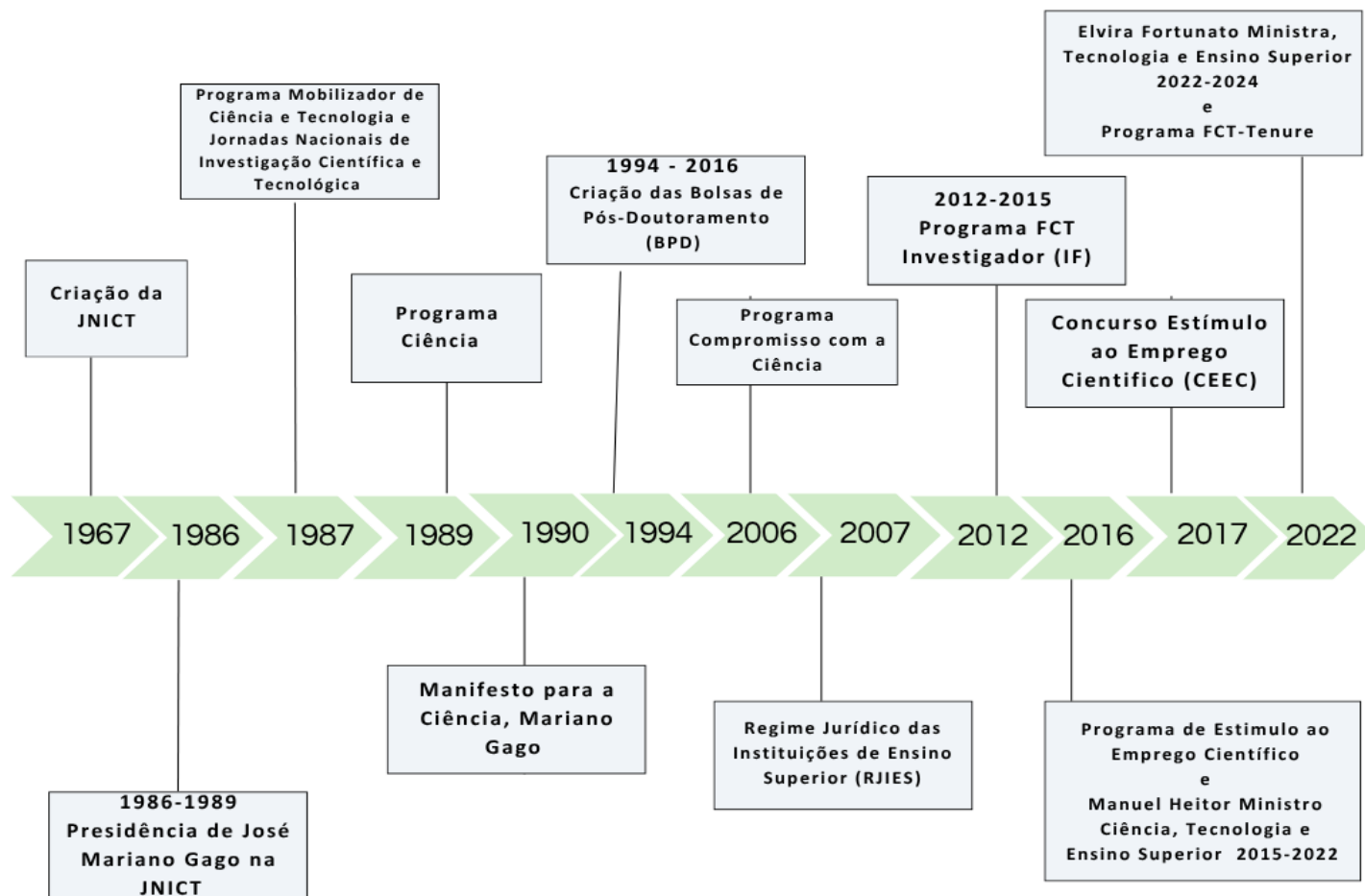
6 - As instituições podem substituir a obrigação de abertura de procedimentos concursais para a contratação de doutorados, prevista no n.º 1, pela abertura de procedimentos concursais de ingresso nas carreiras docentes e de investigação, desde que na mesma área científica em que o bolseiro doutorado exerce funções.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 57/2017](#) - Diário da República n.º 138/2017, Série I de 2017-07-19, em vigor a partir de 2017-07-24

Anexo C: Cronologia das políticas de emprego científico em Portugal

Fonte: Elaboração própria



MANIFESTAÇÃO NACIONAL

23 Out 14h30

Ministério da Educação, Ciência e Inovação
FCT
Assembleia da República

CONTRA A PRECARIEDADE NA CIÊNCIA

ABIC ITHPROF SNESUP Sindicato Nacional do Ensino Superior STARQ Sindicato dos Trabalhadores de Avaliação otc universidade COMUM ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIEDADE

POST DOCTORAL ASSOCIATION INVESTIGADORES Diários SciNOVA-FCT Rede de investigadores da NOVA FCT FCT

- transportes organizados, contacta os sindicatos da tua região
- pré-aviso de greve emitido

Anexo E: Tabela de mapeamento geral das organizações representativas de investigadores

Sigla	Nome	Tipo de ator	Reportório de ação
ABIC	Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC)	Organização Representativa dos Investigadores (Bolseiros)	Representação dos investigadores bolseiros em Portugal; Elaboração de comunicados, petições e tomadas de posição públicas; Ações públicas de protestos (manifestações, flash mobs); Negociação institucional com a FCT e o Ministério da Ciência; Intervenção nos media e redes sociais
STARQ	Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ)	Sindicato de profissão	Representação e negociação sindical em nome dos arqueólogos e técnicos de arqueologia; Apoio jurídico e laboral aos membros
OTC	Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC)	Organização Representativa dos Investigadores	Produção de análises e documentos políticos sobre o sistema científico; Intervenção junto de órgãos do Estado e da administração pública
	Universidade Comum	Organização Representativa dos Investigadores	Organização de assembleias, debates e publicações sobre o ensino e políticas de ciência
	Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis	Organização Representativa dos Investigadores	Ações públicas de protesto* (manifestações, flash mobs, campanhas online); Participação em audiências parlamentares e mesas de negociação com o governo; Artigos de opinião nos jornais
ITQB/iBET	Post Doctoral Association: ITQB/iBET	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna dos pós-docs junto da direção do instituto; Organização de eventos de debate coletivo
	Investigadores da FCUL	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna e comunicação entre investigadores e direção da FCUL; Organização de eventos de debate coletivo
SciNova-FCT	Núcleo de investigadores da NOVA-FCT (SciNova-FCT)	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna e comunicação entre investigadores e a direção da FCT NOVA; Organização de eventos de debate coletivo
NInTec	NInTec - Núcleo de Investigadores do Instituto Superior Técnico	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna e comunicação entre investigadores e direção do IST; Organização de eventos de debate coletivo

NBIGC	NBIGC - Núcleo Bolseir@s Investigador@s Gestor@s de Ciência Nova FCSH	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna e comunicação entre bolseiros e investigadores e a direção da FCSH; Organização de eventos de debate coletivo; Produção de manifestos e contributos políticos
FENPROF	FENPROF - Federação Nacional dos Professores	Sindicato orientado sociedade e classe; Pertence à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN)	Negociação com governo; Manifestações, greves e pressão mediática do setor da educação e ciência; Apoio jurídico e sindical; Emite pareceres e posicionamentos institucionais
SNESUP	SNESUP - Sindicato Nacional do Ensino Superior	Sindicato orientado para o mercado e sociedade; Não pertence a confederação sindical	Negociação com governo carreiras e contratos no ensino superior; Emite pareceres, relatórios e propostas técnicas; Atua mais institucionalmente, com menor mobilização pública
Rede	Rede de Investigadores Contra a Precariedade Científica	Organização Representativa dos Investigadores	Rede informal, mas ativa de investigadores de várias instituições; Produção de manifestos, cartas abertas e artigos de opinião
Plataforma de Bolseiros Pós-Doc. UAlg	Plataforma de Bolseiros Pós-Doutoramento da Universidade do Algarve	Organização Representativa dos Investigadores	Representação interna e comunicação entre bolseiros de pós-doutoramento e direção UAlg; Organização de eventos de debate coletivo
ANICT	Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia	Organização Representativa dos Investigadores (Bolseiros)	Representação dos investigadores doutorados em Portugal; Negociação institucional com a FCT e o Ministério da Ciência; Participação em consultas públicas e reuniões com entidades governamentais; Organiza eventos científicos de debate coletivo; Produção artigos de opinião e relatórios sobre políticas científicas

Anexo F: Formulário do consentimento informal-organizações representativas de investigadores

CONSENTIMENTO INFORMADO

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado de Economia e Políticas Públicas do Iscte-IUL, está a ser desenvolvida a dissertação “A influência da ação coletiva de movimentos sociais e sindicatos na configuração das políticas de emprego científico em Portugal: o caso da norma transitória.”

O objetivo deste estudo é conhecer o papel das organizações representativas dos investigadores no surgimento da Norma Transitória artigo 23º do Decreto-lei 57/2016

A autora do estudo é a aluna Carolina Silva Milheiro (nº 121387) sob a orientação da Professora Doutora Raquel Rego (raquel.rego@iscte-iul.pt).

O estudo em causa obedece a todos as normas em vigor, entre as quais o respeito pelo Regulamento de Proteção de Dados Europeu, o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia e o Código de Conduta Ética na Investigação do Iscte-IUL.

PROCEDIMENTO

O estudo assenta na realização de entrevistas a representantes das organizações envolvidas no processo legislativo acima referido.

As entrevistas são conduzidas pela aluna e requerem a autorização prévia do(s)/a(s) entrevistado(s)/a(s).

A entrevista terá uma duração aproximada de 45 minutos.

O/a entrevistado/a poderá interromper ou desistir da entrevista a qualquer momento, sem necessidade de justificar e sem prejuízo de qualquer natureza.

O/a entrevistado/a poderá obter mais informação sobre o estudo, inclusive sobre os seus resultados, entrando em contato através do email: Carolina_Silva_Milheiro@iscte-iul.pt

CONFIDENCIALIDADE

As informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

O anonimato de todos os entrevistados será garantido, recorrendo-se à utilização de um nome fictício ou código em substituição do nome real. No entanto, devido aos objetivos específicos do estudo, não será possível assegurar o anonimato da organização que os entrevistados representam.

Aceita conceder a entrevista? Sim Não

Se sim, aceita que a entrevista seja gravada? Sim Não

_____ (Nome) _____ (data)

Anexo G: Formulário do consentimento informado- grupos parlamentares

CONSENTIMENTO INFORMADO

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado de Economia e Políticas Públicas do Iscte-IUL, está a ser desenvolvida a dissertação “A influência da ação coletiva de movimentos sociais e sindicatos na configuração das políticas de emprego científico em Portugal: o caso da norma transitória.”

O objetivo deste estudo é conhecer o papel das organizações representativas dos investigadores no surgimento da Norma Transitória, artigo 23.º do Decreto-lei 57/2016.

A autora do estudo é a aluna Carolina Silva Milheiro (n.º 121387), sob a orientação da Professora Doutora Raquel Rego (raquel.rego@iscte-iul.pt).

O estudo em causa obedece a todas as normas em vigor, entre as quais o respeito pelo Regulamento de Proteção de Dados Europeu, o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia e o Código de Conduta Ética na Investigação do Iscte-IUL.

PROCEDIMENTO

O estudo assenta na realização de entrevistas a representantes dos grupos parlamentares envolvidos no processo legislativo acima referido. As entrevistas são conduzidas pela aluna e requerem a autorização prévia do(s)/a(s) entrevistado(s)/a(s). A entrevista terá uma duração aproximada de 45 minutos.

O/a entrevistado/a poderá interromper ou desistir da entrevista a qualquer momento, sem necessidade de justificar e sem prejuízo de qualquer natureza.

O/a entrevistado/a poderá obter mais informação sobre o estudo, inclusive sobre os seus resultados, entrando em contato através do email: Carolina_Silva_Milheiro@iscte-iul.pt

CONFIDENCIALIDADE

As informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

O anonimato de todos os entrevistados será garantido, recorrendo-se à utilização de um nome fictício ou código em substituição do nome real.

No entanto, devido aos objetivos específicos do estudo, não será possível assegurar o anonimato do grupo parlamentar que os entrevistados representam.

Aceita conceder a entrevista? Sim _____ Não _____

Se sim, aceita que a entrevista seja gravada? _____ Sim Não _____

_____ (Nome) _____ (data)

Anexo H: Guião de entrevista para as organizações representativas de investigadores

Guião de entrevista a representantes das organizações de investigadores científicos

Mapeamento e Descrição do processo

1. Gostava que remontasse aos anos 2015-2016 e me falasse um pouco do contexto político do país e do ensino superior?
2. Pensando no decreto-lei 57/2016 e em particular no artigo 23º, a norma transitória, pode contar-me como surgiu este artigo?
 - 2.1 Sabe quem terá esboçado o diploma e o artigo?
3. Que papel desempenhou neste processo?
4. Pode contar-me quem é que esteve envolvido neste processo? (Aqui refiro-me a partidos políticos, personalidades intervenientes)
5. Qual foi o papel das organizações empregadoras (como o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), os laboratórios associados, as instituições de investigação)?

Ação coletiva (das organizações representativas)

6. Qual o papel da organização (da pessoa que estou a entrevistar) no processo?
7. Que ações desenvolveram neste processo de criação da Norma? (manifestações, escrita em imprensa, audiências parlamentares, contactos interpessoais)
 - 7.1 Considera que alguma destas ações teve mais impacto do que outras?
8. Que relação se estabeleceu entre as várias organizações para influenciar a decisão política (por exemplo, relação sindicato-associações-ações de influência que envolveram cooperação ou pelo contrário, desarticulação)?
 - 8.1 Com que obstáculos se depararam?
 - 8.2 Houve organizações que não colaboraram?
 - 8.3 Investigadores que se tenham desinteressado?
9. Como foi a mobilização e representação dos interesses dos investigadores?
10. Pode contar-me como era o relacionamento com os partidos políticos com assento na assembleia na altura?
 - 10.1 Como é que isso foi ou não importante para que surgisse a Norma?
 - 10.2 Existia proximidade entre a organização e alguns dos representantes dos partidos?
 - 11.2 Houve dificuldade em chegar aos partidos?

Avaliação

11. Na altura, como foi considerado pela vossa organização a introdução do artigo no diploma: Um caso de sucesso da ação coletiva das organizações de investigadores?
 - 11.1 E no seu entendimento pessoal?
12. Passados quase 10 anos, perante o contexto atual, como avalia a situação destes investigadores?
 - 12.1 Quais as condições necessárias para alterar a situação?
 - 12.2 Quais as possibilidades das reivindicações das organizações representativas serem atendidas pelos decisores políticos?

Anexo I: Guião entrevista dos grupos parlamentares

Guião de entrevista: Grupos Parlamentares

Mapeamento e Descrição do processo

1. Gostava que remontasse aos anos 2015-2016 e me falasse um pouco do contexto político do país e do ensino superior?
2. Nessa altura quais as suas funções no partido?
3. Pensando no decreto-lei 57/2016 e em particular no artigo 23º, a norma transitória, pode contar-me como surgiu este artigo?
 - 3.1 Lembra-se de quem redigiu o diploma?
4. Qual foi o papel do seu grupo parlamentar neste processo?
5. Pode contar-me quem é que esteve envolvido neste processo? Aqui refiro-me a organizações representativas de investigadores ouvidas bem como a personalidades intervenientes.
6. Qual foi o papel das organizações empregadoras como o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), os laboratórios associados, as instituições de investigação?

Relação entre Esfera Política e Ação coletiva (das organizações representativas)

7. Como descreve a relação entre o seu partido e as organizações naquele período?
8. Sentiu que essas organizações tiveram influência no processo legislativo?
 - 8.1 Se sim de que forma?
 - 8.2 Como é que isso foi ou não importante para que surgisse a Norma?
9. Existia proximidade entre a organização e alguns dos representantes do seu partido?

Avaliação

10. Sei que os partidos são várias vezes chamados a responder a diversas reivindicações dos mais variados grupos profissionais. Por isso, na sua opinião o que levou este tema a ter centralidade na agenda política naquela altura?
11. Considera que a norma atingiu os objetivos para que foi criada?
12. Passados quase 10 anos, perante o contexto atual, como avalia a situação dos investigadores em Portugal?

Anexo J: Composição Parlamentar da Legislatura XIII [2015-10-23 a 2019-10-24]

Grupo Parlamentar/Partido	Nº de Deputados
PSD	89
PS	86
BE	19
CDS-PP	18
PCP	15
PEV	2
PAN	1

Anexo K: Cronologia do Decreto-lei n.º 57/2016 até à Lei n.º 57/2017
Fonte: Elaboração própria com base (Assembleia da República, no date).



Anexo L: Fotografias de manifestações 2015-2017, enviadas por uma entrevistada



